



Segundo tempo para a imprensa brasileira

A justiça prevalecerá sobre a censura e a violência?



Um relatório especial do Comitê para a Proteção dos Jornalistas

Segundo tempo para a imprensa brasileira

A justiça prevalecerá sobre a censura e a violência?

O Brasil é o lar de uma mídia vibrante, mas os jornalistas são regularmente assassinados impunemente e jornalistas críticos estão sujeitos a ações judiciais que drenam recursos e censuram histórias importantes. Durante a Copa do Mundo de 2014, essa contradição vai estar em vívida exibição. Será que o governo de Dilma Rousseff tem a vontade e a determinação para derrotar a impunidade e acabar com assédio legal, permitindo que a liberdade de imprensa prospere? **Um relatório especial do Comitê para a Proteção dos Jornalistas**

Publicado o 6 de maio de 2014

ÍNDICE

Introdução por Joel Simon	3
1. Nas mãos do governo	5
O Brasil tem um histórico conturbado em material de liberdade de imprensa, mas o governo Dilma Rousseff tomou medidas recentemente, incluindo a criação de um grupo de trabalho para investigar ataques contra jornalistas e fazer recomendações. O governo implementará os pareceres do grupo? Se sim, como? E com que rapidez? Por Carlos Lauria	
Texto adicional: Uma obra em construção	9
Por Fernando Rodrigues	
2. O ciclo vicioso da impunidade	11
O Brasil é o 11º país mais letal do mundo para jornalistas, e pelo menos 10 foram assassinados em represália direta por seu trabalho desde que Dilma Rousseff assumiu o poder. Apesar de uma recente enxurrada de condenações, a violência está aumentando, e assim é a crise de impunidade no país. Por Sara Rafsky	
Apêndice: Jornalistas mortos no Brasil desde janeiro de 2011	16
3. Censura através dos tribunais	26
Considerado amplamente como o segundo maior problema depois da violência contra os jornalistas no Brasil, a "censura judicial" refere-se à prática de políticos, empresários e celebridades de usar as leis de privacidade para silenciar os meios de comunicação. Os alvos da censura judicial variam de grandes jornais metropolitanos e empresas de internet como Google a blogueiros independentes em cidades remotas. Por John Otis	
Apêndice: Código Civil	31
4. O Marco Civil da Internet	32
A marcante lei do Brasil sobre direitos da Internet, o Marco Civil da Internet, está longe de ser uma peça perfeita de legislação, mas sua jornada é instrutiva de como os governos e a sociedade civil devem abordar a regulamentação da internet - e quais resultados legislativos são do melhor interesse dos provedores de internet e usuários, incluindo jornalistas. Por Geoffrey King	
Recomendações	38
Recomendações do CPJ às autoridades brasileiras.	

Introdução

Por Joel Simon

Durante muito tempo, o Brasil vem lutando para superar suas contradições. O país possui uma dinâmica, moderna e diversificada economia e uma das piores pobreza no continente. Foi liderado por dois governos socialistas sucessivos, e ainda mantém uma das **distribuições de renda mais distorcidas** do mundo.

O Brasil também abriga uma mídia nacional vibrante e vigorosa. Mas os jornalistas são regularmente assassinados impunemente e jornalistas críticos são submetidos a assédio legal e à censura judicial.

Quando o Brasil chamar a atenção mundial para a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016 no Rio de Janeiro, essas contradições estarão em vívida exposição.

Mas como este relatório deixa claro, a presidente do Brasil, Dilma Rousseff está diante do desafio de criar um ambiente mais favorável para a mídia. Depois de inicialmente **não reconhecer** a gravidade da ameaça representada pela violência sem controle contra a imprensa, as autoridades brasileiras vêm tomando medidas para levar os assassinos de jornalistas à justiça. No ano passado, as autoridades chegaram a um número sem precedentes de **quatro condenações** em tais casos.

A administração Rousseff também tem procurado melhorar o ambiente online, compreensivelmente já que o Brasil está cheio do que é conhecido como censura judicial, tanto online como offline. Centenas de postagens de blogs e links são retirados a cada ano por decisão judicial, de acordo com o **Google**.

O Marco Civil da Internet foi desenvolvido com ampla participação da sociedade civil e inicialmente saudado como um marco da legislação que poderia garantir a liberdade de expressão online. A emenda preocupante que teria imposto uma exigência de retenção de dados abrangente e onerosa para as empresas de internet que operam no Brasil, está prevista para ser retirada da legislação final.

Estes esforços devem ser elogiados, mas as contradições permanecem. Apesar das condenações, não diminuiu a taxa de homicídios de jornalistas, e o Brasil continua a aparecer no **Índice de Impunidade** do CPJ, entalado em 11º lugar no ranking dos países ao redor do mundo onde os assassinos de jornalistas ficam livres. As leis continuam a tornar possível a personalidades poderosas processar jornalistas críticos - processos que drenam recursos de organizações de mídia e blogueiros e os impedem de ir atrás de histórias importantes.

O ambiente político em torno da Copa do Mundo poderá ficar instável. Quando começarem os jogos, espera-se a retomada de grandes manifestações de rua alimentadas pela raiva pelos gastos extravagantes com estádios desportivos e não com necessidades sociais não satisfeitas,

Em meados de julho, várias perguntas serão respondidas.

O Brasil vai ser campeão da Copa do Mundo?

Como o governo vai reagir a protestos ou outros distúrbios?

E será que os líderes do Brasil mostrarão maturidade política e confiança para permitir cobertura sem restrições pela mídia global?

Vai demorar mais para responder a outra questão-chave ligada ao futuro da democracia no Brasil.

Será que o governo de Rousseff tem a vontade e determinação necessárias para repelir a cultura de impunidade e acabar com o assédio jurídico dos meios de comunicação?

Se Rousseff tiver êxito na criação de um ambiente seguro para a mídia brasileira, o Brasil terá eliminado uma contradição fundamental. Também terá avançado em seus esforços para definir seu futuro político como líder do hemisfério e global.

*Joel Simon é o diretor-executivo do Comitê para a Proteção dos Jornalistas. Ele tem escrito amplamente sobre questões de mídia, contribuindo para a **Slate**, **Columbia Journalism Review**, **The New York Review of Books**, **World Policy Journal**, **Asahi Shimbun**, e **The Times of India**. Ele liderou várias missões internacionais para promover a liberdade de imprensa. Siga-o no Twitter @Joelcpj.*

1. Nas mãos do governo

Por Carlos Lauria

Desde junho de 2013, o Brasil tem sido palco de esporádicas, mas **grandes manifestações antigovernamentais** que levaram **milhões** às ruas para protestarem por uma série de motivos, de aumento das tarifas públicas à corrupção e uso de recursos públicos para sediar a próxima **Copa do Mundo**. Às vezes os protestos se tornaram violentos; um cinegrafista foi **morto** em fevereiro de 2014. Durante as manifestações, dezenas de jornalistas foram **detidos**, perseguidos e atacados por policiais e por manifestantes irritados com o tratamento dispensado por alguns veículos de mídia aos protestos.

Com o mundo focado no Brasil por causa da Copa do Mundo em junho, a possibilidade de intensificação dos protestos de rua é apenas um dos muitos desafios enfrentados pelo governo da presidente Dilma Rousseff. O conturbado histórico de liberdade de imprensa no país é outro. Nos últimos anos, vários jornalistas foram mortos com impunidade, enquanto o assédio legal resultou em persistente censura, inclusive on-line.

Com eleições presidenciais marcadas para outubro, o governo receia que a violência e a censura minem os direitos humanos. A investigação de grupos de mídia e de defensores da liberdade de imprensa, tanto nacionais quanto internacionais, levou o governo de Dilma Rousseff a tomar medidas, principalmente com a formação de um grupo de trabalho no final de 2012 para investigar ataques contra a imprensa e emitir recomendações ao governo federal.

Agora que o grupo divulgou seu **relatório**, a questão é se o governo vai ou não implementar suas recomendações e, caso sim, como e com que rapidez. "O governo tem reconhecido que a mídia enfrenta sérios problemas para realizar seu trabalho", disse Mauri König, jornalista investigativo do jornal *Gazeta do Povo em Curitiba* e ganhador do **Premio Internacional à Liberdade de Imprensa** do CPJ em 2012. "Medidas decisivas devem ser adotadas em tempo hábil, pois qualquer incidente grave teria um impacto negativo na imagem internacional do país."

O grupo de trabalho - constituído por várias organizações da sociedade civil, assessores presidenciais e os ministros da comunicação e da justiça, e destinado a discutir a violência contra a imprensa - publicou um **relatório** no início de março de 2014, com um relato detalhado de ataques contra a imprensa no período de 2009-2014. Com base em estatísticas fornecidas por grupos de imprensa nacionais, incluindo a Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (ABRAJI) e a Artigo 19, grupo internacional de liberdade de expressão baseado no Reino Unido, o relatório registrou 321 casos de assassinato, sequestro, ataque, ameaças de morte, detenção arbitrária e assédio.

Além das estatísticas, que são compatíveis com a **pesquisa do CPJ** sobre o Brasil, o relatório inclui extensivas recomendações ao executivo, legislativo e judiciário do governo federal. O grupo propôs a expansão do atual **programa nacional de proteção aos defensores dos direitos humanos** para que inclua jornalistas sob ameaça, salientando a importância de envolver a sociedade civil na coordenação dessa iniciativa. O programa presta assistência, incluindo realocação e proteção policial, para aqueles que recebem sérias ameaças ou se sentem sob ataque por seu trabalho.

"A ideia é que esse mecanismo de proteção não force os jornalistas a abandonar sua profissão, mas que continuem seu trabalho com algumas garantias de segurança", disse Tarcisio Dal Maso Jardim, membro do grupo de trabalho e consultor legislativo independente para o Senado brasileiro.

Com pelo menos 12 jornalistas **mortos** em represália direta pelo desempenho profissional desde que Rousseff assumiu o governo em 2011, e outros cinco assassinados em circunstâncias pouco claras, o Brasil se tornou um dos países **mais perigosos** do mundo para repórteres. **König**, jornalista investigativo e laureado pelo CPJ, que já foi espancado, **ameaçado** e forçado a **fugir de sua casa**, disse que a expansão do programa seria um importante passo para prevenir ataques contra a imprensa.

Um programa similar de proteção na Colômbia é frequentemente citado como tendo ajudado a reduzir a violência contra os jornalistas desde 2000. Na Colômbia, uma comissão de funcionários do governo e representantes da sociedade civil se reúne frequentemente para avaliar as necessidades de segurança de jornalistas ameaçados. Apesar de algumas deficiências, o programa tem assistido numerosos jornalistas ameaçados e prevenido ataques físicos contra repórteres colombianos, segundo a pesquisa do CPJ.

A ex-secretária federal de direitos humanos, Maria do Rosário Nunes, disse acreditar que tal mecanismo "reduziria a impunidade em crimes contra jornalistas" e **forneceria proteção** para repórteres sob ameaça iminente, segundo as informações da imprensa. Também importante, **disse** Rosário, é a proposta de criar protocolos para que as forças de segurança garantam que a imprensa possa cobrir manifestações sem medo de represálias.

Maria do Rosário deixou a secretaria especial no final de março de 2014 para concorrer a deputada federal nas eleições gerais de 5 de outubro. Em 1º de abril, durante a cerimônia de posse da sucessora de Rosário, Ideli Salvatti, Rousseff **disse** que a nova funcionária "terá que dar continuidade a programas de grande relevância".

Embora o nível de violência seja inaceitável, recentemente o Brasil fez significantes avanços na luta contra a impunidade. Em 2013, foram obtidas condenações em três diferentes casos de assassinatos de jornalistas: do repórter de rádio **Francisco Gomes de Medeiros**; **Edinaldo Figueira** do Jornal O Serrano; e **Domingos Sávio Brandão de Lima Júnior**, dono, editor e colunista do diário *Folha do Estado*. Embora essas condenações representem um grande passo para reverter o histórico de impunidade do país em matéria de assassinato de jornalistas, em 2013 o Brasil aparece pelo terceiro ano consecutivo no **Índice de Impunidade do CPJ**, que chama atenção aos países onde jornalistas são assassinados com frequência e os perpetradores ficam em liberdade.

O grupo de trabalho também recomendou que a Secretária Especial de Direitos Humanos e o Ministro da Justiça cooperem com a Organização das Nações Unidas - tanto pela UNESCO como pelo Centro de Informação da ONU, sediado no Rio de Janeiro - para estabelecer um **Observatório de Violência contra Comunicadores** em nível nacional. O observatório seria responsável por documentar violações contra a liberdade de imprensa e criar um sistema de investigações e soluções. Teria a capacidade de encaminhar casos para o mecanismo nacional de proteção quando a necessidade de tomar medidas preventivas fosse determinada. O grupo apoiou a participação ativa de grupos de liberdade de expressão e de imprensa na formação e gestão do observatório.

O grupo de trabalho também pediu ao Congresso que determine um maior envolvimento da polícia federal nas investigações de crimes contra a liberdade de expressão, particularmente nos casos em que haja indícios de omissão, lapsos ou cumplicidade das autoridades locais. Jornalistas locais, legisladores e funcionários do governo dizem que um **projeto de lei** sob apreciação no Congresso aceleraria o trâmite de casos no Judiciário.

Dois dos maiores grupos de jornalistas brasileiros, a Federação Nacional dos Jornalistas (**FENAJ**) e a Associação Brasileira de Imprensa (**ABI**) apoiam o projeto. Contudo, a diretora da Artigo 19 para a América do Sul, Paula Martins, observa que a nova lei não deveria ser necessária, pois uma emenda constitucional aprovada em 2004 aborda graves abusos dos direitos humanos. A emenda 45 reformou mais de 20 disposições da Constituição brasileira, estabelecendo melhores mecanismos judiciais para proteger os direitos humanos. A reforma alterou o artigo 109, atribuindo à Procuradoria-Geral da República o poder de transferir um caso para a competência da justiça federal



Millhares de manifestantes protestam em junho de 2013 contra os gastos do governo com a Copa do Mundo, em vez de com serviços públicos. (AFP/Yasuyoshi Chiba)

quando há suspeita de graves violações dos direitos humanos. Embora isso ainda não tenha ocorrido, em tese o Ministério Público já pode invocar o dispositivo para investigar casos de assassinato de jornalistas.

Com grupos de protestos prometendo usar a Copa do Mundo como um período de demonstrações de dissidência, algumas recomendações do grupo de trabalho instam o Ministério da Justiça a criar protocolos detalhados para as forças de segurança durante as manifestações para garantir a cobertura da imprensa sem temor de danos físicos. O grupo de trabalho exortou os agentes da lei a não confiscar equipamentos ou cartões de memória pertencentes a jornalistas, e também pediu treinamento de segurança para repórteres.

A ABRAJI documentou **163 violações contra a liberdade de imprensa** envolvendo 152 jornalistas entre maio de 2013 e final de março de 2014. Em mais de 100 casos, os repórteres disseram que foram deliberadamente atacados depois de se identificarem como membros da imprensa. Agentes da lei foram responsáveis por mais de 80 desses abusos deliberados, enquanto manifestantes responderam por 22 deles.



Um policial aponta spray de pimenta para fotógrafos durante um protesto em setembro de 2013. (Reuters/Ueslei Marcelino)

Em fevereiro, Santiago Ilídio Andrade, cinegrafista da rede de televisão Bandeirantes, estava filmando o confronto no Rio de Janeiro entre policiais e manifestantes que protestavam contra o aumento da tarifa do transporte público quando um artefato o atingiu na cabeça, segundo **informações da imprensa**. Ele morreu após vários dias em coma. As autoridades divulgaram um vídeo que parece mostrar manifestantes jogando o artefato, e **alegaram** que os manifestantes pretendiam atingir os policiais, não o jornalista. Dois suspeitos foram identificados, presos e colocados sob prisão preventiva. Ambos foram acusados de assassinato. (Um dos suspeitos admitiu ter segurado o dispositivo. A polícia informou que o outro suspeito admitiu ter acendido o artefato, mas negou a intenção de machucar alguém. O advogado do último suspeito disse que seu cliente foi "intimidado a confessar", de acordo com **informações da imprensa**).

"É inadmissível que protestos democráticos sejam distorcidos por aqueles que não têm respeito pelos direitos humanos", Rousseff escreveu em sua conta oficial no Twitter.

Grupos locais de direitos humanos tiveram uma audiência em março perante a Comissão Interamericana de Direitos Humanos para chamar atenção aos abusos cometidos pelas forças de segurança durante os protestos de rua. Natália Damázio, advogada da ONG **Justiça Global**, disse que a repressão policial durante as manifestações foi um dos principais assuntos discutidos na audiência, mas não o único. "O Brasil está criando mecanismos para violar a liberdade de expressão e de associação com detenções arbitrárias em massa e uso irregular de armas não letais", disse Damázio, de acordo com **relatos da imprensa**.

Destinado a apresentar apenas recomendações concretas, o grupo de trabalho encerrou seus trabalhos em março. José Roberto de Toledo, presidente da ABRAJI, disse que, embora não existam prazos definidos para colocar em prática as propostas, o governo será obrigado a mostrar que partiu das palavras para a ação. "Se algumas dessas recomendações finalmente forem colocadas em prática, as autoridades poderão mostrar resultados tangíveis durante a campanha política", disse Toledo, que é comentarista da Rede TV!, colunista, blogueiro e coordenador do Estadão Dados (projeto de divulgação do jornalismo de dados) no jornal *O Estado de S. Paulo*.

Os defensores da imprensa livre dizem que a implantação das recomendações vai depender da pressão política exercida pelos grupos da sociedade civil sobre o governo. Se a violência mortal continuar a aumentar, as autoridades

poderão ser obrigadas a tomar medidas decisivas e agir prontamente quando a pressão pública estiver no auge. Mas muitos dizem que as eleições de outubro, com Rousseff candidata à reeleição, também poderão causar algum atraso.

Laura Tresca, responsável de liberdade de informação no Brasil para a Artigo 19, está otimista quanto à implantação de algumas recomendações este ano, uma vez que requerem ação administrativa e não legislativa. Ela citou a expansão do mecanismo nacional de proteção para os defensores de direitos humanos. "O governo precisa mostrar resultados", disse, "e algumas dessas recomendações podem ser simplesmente adotadas, se houve vontade política".

Entretanto, as eleições gerais poderão dificultar a aprovação de medidas legislativas. "As propostas que foram enviadas ao Congresso provavelmente terão atraso", afirmou Dal Maso, consultor legislativo e membro do grupo de trabalho.

A Copa do Mundo da FIFA colocará os problemas internos do governo a administração Rousseff no centro das atenções. O objetivo do governo será passar pelo evento nacional de futebol, que deverá atrair mais de meio milhão de estrangeiros, sem maiores contratempos. Mas os defensores da liberdade de imprensa dizem que estão otimistas porque suas preocupações agora fazem parte do debate nacional.

Coordenador Sênior do Programa das Américas do CPJ, Carlos Lauría, natural de Buenos Aires, é um jornalista amplamente divulgado, que tem escrito extensivamente para a revista Noticias.

Liberdade de imprensa e de mídia são valores ainda em construção no Brasil

Por Fernando Rodrigues

Os protestos de rua em junho de 2013 no Brasil tiveram ampla cobertura da mídia. Mas pela primeira vez, em muitos anos, os ataques a jornalistas e a meios de comunicação também passaram a ser um tópico frequente do material publicado.

Embora o Brasil tenha voltado formalmente ao poder civil em 1985, depois de 21 anos de ditadura, os ataques a jornalistas nunca foram um foco de cobertura jornalística constante. Esse desinteresse pelo assunto intriga quem olha o país a partir do exterior. É como se no Brasil não houvesse a percepção de que o trabalho de repórteres é muitas vezes perigoso por aqui.

Isso tem a ver com o fato de o Brasil ser um país no qual o desenvolvimento tem sido assimétrico do ponto de vista geográfico. Enquanto em algumas regiões há mais garantia de direitos individuais e coletivos, em outras ainda se observa um grande atraso institucional.

Em grandes capitais e regiões metropolitanas está mais consolidado o respeito à mídia, aos jornalistas e à liberdade de expressão. Já em localidades mais remotas do interior isso nem sempre é verdade. O Brasil tem cerca de 5.500 cidades, metade delas muito pequenas. Nesses municípios, é comum o líder político ser também o dono dos principais meios de comunicação.



A polícia, soldados e jornalistas tomam posição durante operação em uma favela na capital em novembro de 2010. (Reuters/Sergio Moraes)

Quando há crimes contra jornalistas no interior, há dois tipos de reação, nem sempre excludentes: o ataque ao repórter é condenado, mas sempre fica uma dúvida sobre se a motivação foi contra a liberdade de expressão ou apenas de cunho político-partidário.

É claro que um ataque à liberdade de expressão deve ser sempre condenado. Não importa se o dono de um jornal, TV, rádio ou site na internet é um político. Mas essa sobreposição de interesses (jornalísticos e políticos) tem prejudicado a consolidação do direito de jornalistas exercerem livremente sua profissão.

Aí vieram as manifestações de junho de 2013. Os protestos produziram ataques a repórteres em grandes capitais. Muitos dos jornalistas agredidos foram de empresas de mídia consideradas independentes. As agressões partiram tanto das forças de segurança como de manifestantes. Rapidamente instalou-se um debate sobre a necessidade de o Brasil dar condições de segurança para o trabalho de repórteres.

A Abraji (Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo) **fez um acompanhamento** a respeito dos ataques à mídia e contou 163 episódios de maio de 2013 a março de 2014. A maioria dos casos de violência ocorreu em grandes centros. O assunto passou a frequentar o noticiário de maneira mais frequente. Isso fez com que empresas de mídia, jornalistas e entidades governamentais se mobilizassem para procurar formas de garantir a segurança dos repórteres.

Desde a sua criação, a Abraji tem oferecido cursos e oficinas para treinar jornalistas que atuam em áreas de risco. O governo brasileiro também passou a agir. Em 28 e 29 de março de 2014, o Ministério da Justiça do Brasil promoveu um **curso** para habilitar profissionais da imprensa a cobrir manifestações de rua.

O Brasil é uma jovem democracia. Certos valores republicanos ainda não estão consolidados. Só agora, 50 anos depois do golpe de Estado de 1964, o percentual dos que apoiam a democracia **passou** de 60%. A liberdade de imprensa e as condições para o trabalho livre da mídia são ainda novidades em várias regiões. Os protestos de junho de 2013 mostraram que esses direitos podem ser frágeis também em grandes capitais. O fato de esse debate agora ser mais natural é um bom sinal. O rumo está certo, mas o caminho a ser trilhado ainda é longo.

*Fernando Rodrigues é jornalista, fundador da **Abraji** e membro do Conselho Curador do Fundo de Apoio ao Jornalismo Investigativo (F/ABRAJI). Trabalha no jornal **Folha de S.Paulo** e no portal de notícias **UOL**.*

2. O ciclo vicioso da impunidade

Por Sara Rafsky

Quando a Copa do Mundo começar no Brasil em junho, o governo da presidente Dilma Rousseff estará comemorando a emergência do país como potência global. O evento, a ser realizado em vários locais em todo o país, vai colocar em evidência um vasto e diversificado país, ao contrário dos Jogos Olímpicos, que o Brasil sediará dois anos depois, só numa cidade, o Rio de Janeiro. Enquanto o **assassinato** em 2012 de um cronista esportivo local, em Goiânia no Centro-Oeste, possa ser contrário à história oficial de sucesso, isso reflete as realidades díspares de um país imenso como o Brasil, e retrata um lado mais sombrio do "esporte maravilhoso".

Valério Luiz de Oliveira, a segunda geração de uma família de eminentes cronistas esportivos, era conhecido por seus **comentários críticos** nos seus programas de rádio e televisão na PUC-TV e Rádio Jornal 820 AM. Ele foi especialmente impiedoso ao condenar os diretores do time de futebol local, Atlético Goianiense, que recentemente perdeu o campeonato estadual. Ele os **comparou** a ratos que abandonam um navio afundando. Luiz não teve medo de criticar o poderoso vice-presidente do time, Maurício Borges Sampaio, um rico empresário, apesar de Sampaio o banir da sede do clube e supostamente tentar afastá-lo do seu trabalho, contou ao CPJ o filho de Luiz, Valério Luiz de Oliveira Filho. Em 5 de julho de 2012, um pistoleiro montado em motocicleta alvejou Luiz, de 49 anos, seis vezes em frente aos escritórios na Rádio Jornal.

Em fevereiro de 2013, as autoridades prenderam cinco homens e os acusaram de planejar, participar e executar o assassinato. Entre eles estava um sargento da polícia militar, acusado de organizar o crime, e Sampaio, acusado de ser o mandante. Todos os homens negam as acusações, disse Valério Filho ao CPJ. (Um homem acusado de ser cúmplice, Marcus Vinicius Pereira Xavier, **confessou e incriminou** os outros, mas depois desmentiu a confissão, de acordo com **reportagens da imprensa**. No final de março de 2014, Vinicius fugiu para a Europa e é considerado fugitivo. Os demais estão em liberdade, com julgamento pendente.)

O caso de Luiz é, em muitos aspectos, um exemplo da justiça no Brasil: vacilante e incompleta. Abusos dos direitos humanos e restrições à liberdade de imprensa estavam na vanguarda das discussões sobre os recentes Jogos Olímpicos na China e na Rússia, mas muitos na comunidade internacional se surpreenderão ao saber que desde 1992 o Brasil está em **11º lugar como país mais letal** do mundo para jornalistas, ficando a um ponto além do Afeganistão dilacerado pela guerra, segundo pesquisa do CPJ. Pelo menos 10 jornalistas foram **assassinados** em represália direta por seu trabalho desde que Dilma Rousseff chegou ao poder no início de 2011, enquanto cinco outros foram assassinados em circunstâncias obscuras. Com o aumento da violência, aumentou também a crise de impunidade do país, sendo que o Brasil ficou por quatro anos consecutivos no índice do CPJ de nações onde os assassinatos de jornalistas provavelmente ficam impunes.

A onda de violência mortal atingiu jornalistas do interior muito mais do que seus colegas em grandes centros urbanos, uma circunstância que pode ter feito os assassinatos mais fáceis de ignorar. Apesar das estatísticas preocupantes, o governo no início parecia não se dar conta do problema. Em 2012, as autoridades brasileiras, junto com autoridades de outros países com altas taxas de impunidade, **se opuseram a um plano das Nações Unidas** para fortalecer o empenho internacional de combate aos assassinatos de jornalistas e à impunidade. Mas sob a pressão de defensores da liberdade de imprensa, o governo **voltou atrás**, e o Plano de Ação da ONU para a Segurança dos Jornalistas e a Questão da Impunidade foi adotado. Mais tarde, depois de generalizados abusos da liberdade de imprensa durante protestos em todo o país, fizeram da segurança dos jornalistas uma questão de debate nacional, e a engrenagem da justiça começou lentamente a funcionar.

Desde agosto, foram obtidas as condenações relativas a quatro assassinatos de jornalistas, um feito inédito nos outros países que aparecem com o Brasil no **Índice de Impunidade** do CPJ. As razões para este repentino surto de justiça não estão bem claras. Marcelo Moreira, editor-chefe do RJTV, estação de notícias da TV Globo no Rio de Janeiro, disse ao CPJ que a defesa de organizações de mídia e grupos de liberdade de imprensa, como a Associação Brasileira de

Jornalismo Investigativo (**ABRAJI**), poderia ter levado os meios de comunicação nacionais a finalmente cobrir uma questão que há muito tempo é considerada provincial o que, por sua vez, pressiona as autoridades.

Outra explicação pode ser o desejo de Dilma de melhorar a imagem internacional do país antes da Copa do Mundo e dos Jogos Olímpicos, ou para agradar a imprensa local, antes das eleições presidenciais de outubro. Seja qual for a razão, a enxurrada de condenações, combinada com o mecanismo proposto de proteção e jurisdição federal dos assassinatos de jornalistas em debate no Congresso Nacional, demonstram que este é um governo que "sabe que o Brasil é um lugar perigoso para um jornalista trabalhar, enquanto previamente negaram isso", contou ao CPJ Moreira, ex-presidente da associação de jornalistas de investigação.

Heloisa Marques Gimenez, assessora no Ministério da Justiça, negou que esta preocupação fosse novidade para o governo. "Estamos acompanhando de perto o problema", disse, "e estamos lidando com isso com todos os meios disponíveis". Marques e Sérgio de Carvalho Alli, da assessoria de imprensa do executivo, ressaltaram as iniciativas em discussão nos vários órgãos do governo e no grupo de trabalho que investigou os ataques contra a imprensa, como exemplos de políticas que as autoridades buscam a fim de melhorar o ambiente para os jornalistas. No entanto, Tássia Rabelo, funcionária do Ministério de Direitos Humanos, disse que a criação do grupo de trabalho no final de 2012 não foi apenas uma demonstração de compromisso, mas também um "reconhecimento do problema por parte do Estado brasileiro, que antes considerava que a grande maioria dos casos de morte de comunicadores verificados no Brasil não guardava relação direta com o exercício da profissão".



Funeral de Valério Luiz de Oliveira, jornalista esportivo crítico que foi morto a tiros em outubro de 2012. (YouTube / Band TV Goiânia)

Uma análise mais detalhada de alguns destes casos, no entanto, mostra as grandes dificuldades de se fazer a justiça no caso dos assassinatos de jornalistas brasileiros. Ao contrário de países como o México ou Honduras, onde esses crimes geralmente não são nem mesmo investigados - nenhuma prova, nenhuma prisão, nenhuma explicação - as autoridades no Brasil muitas vezes chegam bem perto de resolver os assassinatos, só para ver os processos se evaporarem antes da decisão final. Em apenas um dos quatro processos recentes, todas as partes envolvidas foram julgadas, incluindo o mandante do crime. A solução desse caso, o assassinato, em 2002, de **Domingos Sávio Brandão Lima Júnior**, proprietário, editor e colunista do jornal *Folha do Estado* de Cuiabá, no estado centro-oeste do Mato Grosso, não foi de modo algum rápido. Só em outubro de 2013, 11 anos após o crime, o ex-policial que virou empresário, João Arcanjo Ribeiro, foi condenado por encomendar a morte de Brandão em retaliação pela cobertura do jornalista de suas atividades criminosas.

As outras condenações recentes capturaram apenas os pistoleiros. Os casos de **Edinaldo Filgueira** e **Décio Sá** são bem parecidos. Como no caso de quase todos os assassinatos de jornalistas, os dois moravam longe dos principais centros urbanos do país. Ambos tinham carreiras na mídia impressa tradicional, enquanto usavam a liberdade da blogosfera para divulgar suas acusações mais graves da corrupção política e atividades criminosas da região. Filgueira, fundador e diretor do *Jornal o Serrano*, no nordeste da Serra do Mel, havia publicado recentemente uma pesquisa crítica sobre o desempenho do governo local em seu blog, quando foi baleado seis vezes por três homens não identificados em frente ao seu escritório em 15 de junho de 2011.

Em dezembro de 2013, sete homens foram condenados por planejar e participar do crime, inclusive o atirador, e receberam penas que variam de 19 a 23 anos de prisão. Um dos homens, considerado fugitivo, foi condenado à revelia. Josivan Bibiano, que foi prefeito de Serra do Mel na época da morte de Filgueira, foi acusado de ser o

mandante do crime. Depois de ficar preso duas vezes, no entanto, Bibiano foi solto em uma decisão judicial que os críticos alegam irregular, e não ficou claro se algum dia seria julgado, contaram ao CPJ os jornalistas locais e representantes da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo.

Um blog criado em memória de Filgueira, [relata](#) que Bibiano é primo de três dos homens condenados. Em um desdobramento preocupante, Marcos José de Oliveira Ferreira, um primo de Filgueira, que tinha vindo de São Paulo para Serra do Mel para participar da audiência de sentença, foi [assassinado](#) um dia depois das condenações, por homens armados não identificados. Não ficou estabelecido o motivo, mas as autoridades não descartam uma conexão com o caso do blogueiro, de acordo com [reportagens da imprensa](#).

Marcos Victor, um amigo de longa data de Filgueira e colaborador do *Jornal O Serrano*, disse ao CPJ que ele só tinha elogios ao trabalho das autoridades que investigam o crime. Elogiou, em especial, a nomeação de um investigador especial e o envolvimento da polícia federal, mas disse que a prestação de contas foi interrompida assim que o caso chegou ao Judiciário. Victor contou ao CPJ, que "Considerando o grau de corrupção que existe na justiça brasileira, posso afirmar que a justiça não alcançará este caso". (O filho de Valério Luiz expressou o mesmo sentimento, dizendo ao CPJ que "Estamos tendo problemas com a Justiça".) Os dois disseram que são a favor de as autoridades federais assumirem jurisdição dos casos.

Sá era repórter político traquejado do jornal *O Estado do Maranhão*, da cidade de São Luís ao norte do estado, e escrevia sobre políticos e corrupção em seu blog, *Blog do Décio*, que era um dos mais lidos no estado. Em 23 de abril de 2012, um assaltante entrou no bar onde Sá estava sentado e atirou pelo menos três vezes à queima-roupa.

Nos meses após o ataque, as autoridades [prenderam](#) pelo menos nove suspeitos que dizem foram cúmplices e conspiradores e estavam ligados a uma quadrilha de agiotas que Sá, em seu blog, tinha ligado a um assassinato local. Os suspeitos eram um empresário local, Gláucio Alencar, acusado de ser o líder da quadrilha e de ordenar o assassinato de Sá, e um delegado de polícia; ambos negaram as acusações, de acordo com [reportagens da imprensa](#). Em fevereiro de 2014, dois outros homens, incluindo os pistoleiros confessos, foram condenados a penas de 18 a 25 anos de prisão. Os outros homens ainda aguardam julgamento.

Enquanto muitos blogueiros no Brasil trabalham em relativa obscuridade, Sá foi um dos jornalistas mais conhecidos no estado e tinha apoiadores poderosos. Apesar de São Luís estar no extremo norte do Brasil, em um estado que é muitas vezes considerado uma espécie de Velho Oeste, *O Estado do Maranhão* é de propriedade da família Sarney, uma das famílias políticas mais importantes do Brasil. José Sarney, ex-presidente do Brasil e, em seguida, presidente do Senado, [chamou o crime](#) de "um atentado à democracia".

Um contraste com a investigação e julgamento relativamente rápidos no caso de Sá é a falta de progresso no [caso do blogueiro](#) muito menos proeminente, [Mario Randolpho Marques Lopes](#), cujo corpo foi encontrado junto com o de seu companheiro no estado do Rio de Janeiro, dois anos e meses e meio antes do assassinato de Sá. Marques também tinha escrito sobre a corrupção política local e suposto envolvimento da polícia em atividades criminosas. O único desenvolvimento significativo na investigação de mais de dois anos desde a sua morte, foi a decisão de exumar o corpo do blogueiro em fevereiro de 2013, para comparar amostras de seu DNA com o sangue encontrado em um carro, de acordo com [reportagens da imprensa](#). Não houve nenhuma explicação ou atualização pública no caso desde então.

Em outros casos, como os de [Mafaldo Bezerra Goes](#) e [Luciano Leitão Pedrosa](#), houve [detenções](#) e os processos estão em andamento.

Se alguma coisa pode ser aprendida com a natureza irregular do sistema de justiça brasileiro, é que a força mais poderosa para combater a impunidade é muitas vezes a própria imprensa. Victor, que fundou o Instituto Filgueira Edinaldo para promover a liberdade de expressão na região, disse que as condenações no caso Filgueira nunca teriam sido possíveis sem a mobilização da comunidade local de blogueiros, que realizaram uma conferência em homenagem

a Filgueira como patrono de todos os blogueiros, e estabeleceram um Dia Nacional dos Blogueiros em sua honra para manter o caso vivo ao público.

O filho de 25 anos de Valério Luiz criou o **Instituto Valério Luiz**, em busca de justiça no caso do assassinato de seu pai e uniu forças com outros órgãos da imprensa local para lutar pela liberdade de imprensa e a proteção dos jornalistas. O instituto organizou audiências públicas, criou campanhas de mídia social, e enviou times de futebol locais para o campo vestindo camisetas com um austero retrato preto e branco de Valério Luiz. O filho do jornalista também apoia a jurisdição federal, no caso de seu pai e mecanismos de proteção federal para os jornalistas em situação de risco. " Teriam apertado o gatilho se a imprensa goiana fosse uma classe unida, coesa e forte?", escreveu Luiz Filho em um comunicado. "Após a condenação dos acusados, qualquer coronel vai pensar duas vezes antes de pegar a carabina por causa de um microfone ".



O jornalista brasileiro Rodrigo Neto foi morto a tiros em março de 2013. Ele tinha coberto agressivamente corrupção policial ao longo de sua carreira e recebido ameaças frequentemente. (Diário Popular)

Uma forma semelhante de mobilização das bases foi **utilizada** pela imprensa do Vale do Aço em Minas Gerais no ano passado. Depois que o jornalista Rodrigo Neto e o fotógrafo Walgney Assis Carvalho do diário *Jornal Vale do Aço* foram assassinados num período de semanas, um grupo de jornalistas locais fundou o Comitê Rodrigo Neto para investigar os assassinatos, incluindo a suspeita de envolvimento da polícia, e para continuar o trabalho dos jornalistas mortos. A comissão foi criada para "demonstrar à sociedade que a imprensa está unida e não vamos nos dispersar até obter uma resposta quanto a este crime. Estamos refletindo o trabalho do próprio Rodrigo: realização de pesquisas e sempre lembrando, como uma forma de combater a impunidade", **disse** na época uma das fundadoras do comitê, Anna Sylvia Rodrigues.

Um ano depois, vários policiais estão na prisão sob a acusação de participação no crime, mas nenhum mandante foi identificado e o motivo exato continua sem explicação, de acordo com **reportagens da imprensa**. Depois de pressionar continuamente as autoridades nos primeiros meses após os assassinatos, as ações públicas do comitê pareceram diminuir depois que a primeira leva de acusações foi arquivada em meados de 2013, de acordo com o site do comitê e páginas da mídia social. Em uma mensagem pública postada **na página do Facebook** do grupo, no outono de 2013, um porta-voz escreveu: " O Comitê Rodrigo Neto não acabou. Os jornalistas e profissionais da imprensa estão acompanhando as audiências de instrução que ocorrem no Fórum ...[mas] a situação é tensa. Não tem nenhuma calma... As ameaças aos profissionais continuam". Pedidos do CPJ para comentários do comitê ficaram sem resposta.

Precedentes para campanhas de solidariedade profissionais organizados na sequência de assassinatos de jornalistas existem em toda a região, que se beneficia de uma forte sociedade civil, do projeto de Manizales, na **Colômbia**, ao **Projeto Chauncey Bailey**, nos Estados Unidos. Por outro lado, o isolamento e a falta de solidariedade em países como El Salvador e Honduras é um risco composto e pode tornar o lugar ainda mais perigoso e mortal para a imprensa, demonstrou a **pesquisa do CPJ**. No México, a violência letal e as ameaças do crime organizado têm aterrorizado os meios de comunicação, levando-os ao silêncio. Assim, um movimento nacional recente para exigir justiça no assassinato do jornalista Gregorio Jiménez de la Cruz em Veracruz é um desdobramento promissor e sem precedentes.

Os casos Neto e Carvalho exemplificam o melhor e o pior do estado de impunidade e assassinatos de jornalistas no Brasil. Fora dos holofotes da mídia nacional em São Paulo e Rio de Janeiro, dois jornalistas foram assassinados em circunstâncias que implicam elementos criminosos dentro da força policial. A imprensa local se mobilizaram para

exigir justiça, as investigações progrediram, e supostos cúmplices e pistoleiros foram colocados sob custódia e acusados. Apesar destes avanços, se a história termina aí, a imprensa brasileira não está fora de perigo. Victor disse ao CPJ que a falta de resolução total do assassinato de Filgueira criou um sentimento geral de medo em Serra do Mel, o que resultou em vários jornalistas fugindo da área e perdendo seus meios de subsistência. Luíz disse ao CPJ que a autocensura é agora difundida em Goiânia, e que ele suspeita que a imprensa local está esperando para ver o que acontece com o caso contra Sampaio, o mentor acusado. " Se realmente queremos que as ameaças parem", disse Moreira ao CPJ, "temos que pegar os caras grandes".

Os 10 assassinatos de jornalistas nos últimos três anos refletem a dificuldade de pegar "os grandões". Mas a imagem dos jornalistas supostamente assassinados por criminosos desonestos dentro das forças policiais locais e cujos casos são julgados pelos tribunais sob a influência da política local e dos interesses econômicos, não é a que a presidente espera promover na Copa do Mundo ou nos Jogos Olímpicos. Se Rousseff fala seriamente sobre o combate ao crime contra a imprensa, seu governo terá de empreender esforços dolorosos para erradicar a corrupção em nível estadual e municipal, assim como reforçar as medidas de segurança preventivas. Mas o país é o lar de uma vibrante, talentosa imprensa investigativa, que o governo parece estar cada vez mais consciente de que deve proteger. Citando o progresso das recentes condenações, Moreira disse ao CPJ, "o Brasil é uma grande e jovem democracia e ainda estamos crescendo. Este processo pode estar se movendo lentamente, mas não vai parar".

*Sara Rafsky é pesquisadora associada do programa das Américas do CPJ. Ela escreveu em 2012 o relatório especial do CPJ sobre a **liberdade de imprensa na Argentina** e pesquisou para o **relatório especial sobre o Governo de Obama e a imprensa** em 2013. Anteriormente era jornalista freelance na América do Sul e sudeste da Ásia, e foi premiada com uma bolsa Fulbright em 2008 para pesquisar sobre o fotojornalismo e o conflito armado colombiano.*

Apêndice: Jornalistas mortos no Brasil desde janeiro de 2011

A pesquisa do CPJ determinou que pelo menos 12 jornalistas foram mortos em represália direta por seu trabalho desde que Dilma Rousseff foi empossada como presidente em 1º de janeiro de 2011. Outros cinco foram mortos em circunstâncias obscuras, e o CPJ continua a investigar esses casos.

A seguir estão os detalhes dos casos confirmados, nos quais o CPJ tem razoável certeza que um jornalista foi morto em retaliação por seu trabalho; morto em fogo cruzado durante situações de combate; ou morto durante a realização de uma tarefa perigosa, como a cobertura de protestos de rua.

Luciano Leitão Pedrosa

TV Vitória e Rádio Metropolitana FM

9 de abril de 2011, em Vitória de Santo Antão, Brasil

O jornalista de rádio e televisão Pedrosa foi baleado em um restaurante em Vitória de Santo Antão, Pernambuco, no nordeste do país, de acordo com relatos da imprensa.

O agressor disparou vários tiros depois de entrar no restaurante por volta das 21 horas, informou o jornal *Diário de Pernambuco*. Pedrosa, atingido por uma bala na cabeça, foi declarado morto no local. O atirador não identificado fugiu em uma motocicleta conduzida por outro indivíduo que estava esperando do lado de fora, segundo os relatos da imprensa.

Pedrosa, que tinha 46 anos de idade, era apresentador de um programa na TV Vitória, "Ação e Cidadania", há sete anos, e também trabalhava para a emissora de rádio Metropolitana FM. Segundo a imprensa, Pedrosa era conhecido por sua atuação crítica no que tange a criminosos e autoridades municipais.

A polícia inicialmente disse aos repórteres que o atirador havia anunciado que era um assalto. Mas, em fevereiro de 2012, comunicou a prisão de três suspeitos e concluiu que o assassinato estava relacionado à atividade jornalística de Pedrosa, segundo [informações da imprensa](#). Os investigadores disseram que os irmãos Josemir e Josemar Soares da Silva haviam planejado o assassinato em represália por reportagens de Pedrosa sobre seu alegado tráfico de drogas. A polícia identificou Dailton Gomes Brasil como o suposto atirador. Uma quarta pessoa que teria participado da conspiração foi assassinada posteriormente em 2011.

A polícia disse que os irmãos tinham ameaçado Pedrosa, inclusive uma vez, ao vivo, no programa de televisão do jornalista.

MÍDIA:	Rádio, Televisão
TRABALHO:	Colunista / Comentarista
COBERTURA JORNALÍSTICA:	Crimes
SEXO:	Masculino
LOCAL OU INTERNACIONAL:	Local
FREELANCE:	Não
FORMA DA MORTE:	Assassinato
SUSPEITOS DO CRIME:	Grupo criminoso
IMPUNIDADE:	Sim
SEQUESTRADO:	Não
TORTURADO:	Não
AMEAÇADO:	Sim

Edinaldo Filgueira

Jornal o Serrano

15 de junho de 2011, em Serra do Mel, Brasil

Edinaldo Filgueira estava saindo do escritório à noite, quando foi baleado seis vezes e morto por três homens não identificados em uma motocicleta, de acordo com a [imprensa](#) brasileira. Ele morreu no local.

Filgueira, 36 anos, foi fundador e diretor do diário local *Jornal o Serrano*. Ele também foi diretor regional do Partido dos Trabalhadores (PT) e era autor de um blog no qual criticava adversários políticos. De acordo com [reportagens da imprensa](#) local, Filgueira havia publicado recentemente uma pesquisa crítica sobre o desempenho do governo local em seu blog, depois do que ele recebeu ameaças de morte.

Em 2 de julho, uma força conjunta de policiais federais e locais prendeu vários suspeitos que pertenceriam a uma quadrilha de assassinos contratados. Eles também apreenderam armas e grande quantidade de munição. O superintendente da polícia federal Marcelo Mosele confirmou para o CPJ na ocasião que haviam descartado outras possibilidades e estavam se concentrando exclusivamente no trabalho jornalístico de Filgueira como o motivo para o crime.

Em 5 de dezembro de 2013, sete homens foram condenados por planejar e participar do crime, incluindo o atirador, e receberam penas de 19 a 23 anos de prisão, de acordo com [reportagens da imprensa](#). Um dos homens, considerado fugitivo, foi condenado à revelia. Josivan Bibiano, prefeito de Serra do Mel na ocasião da morte de Filgueira, foi acusado de ser o mandante do crime, mas, depois de ter sido preso duas vezes, foi libertado, de acordo com [reportagens da imprensa](#). Não há nenhuma novidade no caso desde então. Um blog criado em memória de Filgueira [informou](#) que Bibiano é primo de três dos homens condenados.

O promotor do caso disse que Filgueira foi morto porque estava denunciando a corrupção no governo municipal.

No dia seguinte à condenação, Marcos José de Oliveira Ferreira, um primo de Filgueira que tinha viajado de São Paulo para Serra do Mel para participar da audiência de sentenciamento, foi [assassinado](#) por homens armados não identificados. Nenhum motivo foi estabelecido, mas as autoridades não descartam um possível vínculo com o caso do blogueiro, segundo [informações da imprensa](#).

MÍDIA:	Imprensa
TRABALHO:	Editor, Redator / Proprietário
COBERTURA JORNALÍSTICA:	Política
SEXO:	Masculino
LOCAL OU INTERNACIONAL:	Local
FREELANCE:	Não
FORMA DA MORTE:	Assassinato
SUSPEITOS DO CRIME:	Desconhecida
IMPUNIDADE:	Parcial
SEQUESTRADO:	Não
TORTURADO:	Não
AMEAÇADO:	Sim

Gelson Domingos da Silva

TV Bandeirantes

6 de novembro de 2011, no Rio de Janeiro, Brasil

Domingos, 46 anos, foi morto a tiros durante um confronto entre a polícia estadual e supostos traficantes de drogas no Rio de Janeiro, de acordo com informações da imprensa. Domingos era um cinegrafista veterano e trabalhava para a rede nacional de televisão Bandeirantes.

Domingos estava acompanhado a polícia em uma operação no início da manhã na favela conhecida como Antares, **informou a imprensa**. **Imagens** da câmera de Domingos mostraram que ele foi baleado em meio a uma intensa troca de tiros entre a polícia e os suspeitos. As autoridades disseram que o cinegrafista foi atingido por um tiro no peito disparado de um fuzil de assalto de alta potência. Domingos vestia um colete à prova de balas, mas este não foi resistente o suficiente para suportar o tiro, **segundo reportagens da imprensa**.



AP

Quatro suspeitos foram mortos e nove foram presos na operação, que também rendeu armas, drogas e dinheiro, **informou a imprensa**. Nenhuma fatalidade foi relatada do lado dos policiais. As autoridades disseram que estavam tentando identificar o indivíduo que atirou em Domingos.

MÍDIA:	Televisão
TRABALHO:	Cinegrafista
COBERTURA JORNALÍSTICA:	Crimes
SEXO:	Masculino
LOCAL OU INTERNACIONAL:	Local
FREELANCE:	Não
FORMA DA MORTE:	Reportagem arriscada
SUSPEITOS DO CRIME:	Desconhecido
IMPUNIDADE:	Sim

Mario Randolpho Marques Lopes

Vassouras na Net

9 de fevereiro de 2012, em Barra do Piraí, Brasil

Os corpos de Randolpho e sua companheira, Maria Aparecida Guimarães, foram encontrados na cidade de Barra do Piraí, no Rio de Janeiro. Ambos haviam sido sequestrados na casa de Randolpho na noite anterior e mortos a tiros no início da manhã, **informou a imprensa**.

Randolfo, 50 anos, editor-chefe do site de notícias *Vassouras na Net*, vinha, com frequência, acusando as autoridades locais de corrupção e havia informado sobre uma suposta rede de assassinos chefiada por um ex-delegado de polícia, segundo informações da imprensa e do site do jornalista. Seu artigo mais recente acusou juizes e tribunais locais de serem corruptos e muito poderosos, segundo mostrou a pesquisa do CPJ.

O jornalista também foi atacado em 2011, segundo informações da imprensa. Em julho de 2011, um atirador não identificado entrou na redação do Vassouras na Net, na cidade de Vassouras, e deu-lhe cinco **tiros** na cabeça, deixando-o em coma por três dias, Randolpho **informou** em seu site. Ele sobreviveu e, para sua segurança, decidiu se mudar para Barra do Piraí, mas não parou de trabalhar em seu site.



Em uma **entrevista** postada em seu site, Randolpho disse acreditar que o ataque de 2011 foi em retaliação por suas reportagens sobre irregularidades na investigação de um assassinato local. Ninguém foi denunciado ou preso pelo ataque, informou a imprensa.

Reportagens informaram que as autoridades estavam investigando uma possível motivação política no assassinato de 2012. O delegado de polícia José Mário Salomão de Omena disse aos repórteres: "Ele criou um volume tão grande de inimigos que é até difícil saber por onde começar."

MÍDIA:	Internet
TRABALHO:	Repórter de Internet
COBERTURA JORNALÍSTICA:	Corrupção, Crimes, Política
SEXO:	Masculino
LOCAL OU INTERNACIONAL:	Local
FREELANCE:	Não
FORMA DA MORTE:	Assassinato
SUSPEITOS DO CRIME:	Autoridades governamentais
IMPUNIDADE:	Sim
SEQUESTRADO:	Sim
TORTURADO:	Não
AMEAÇADO:	Sim

Décio Sá

O Estado do Maranhão and Blog do Décio

23 de abril de 2012, em São Luís, Brasil

Sá, 42 anos, jornalista político e blogueiro brasileiro, foi baleado seis vezes enquanto estava sentado em um bar, segundo **informações da imprensa**. O agressor fugiu do local com um motociclista que estava esperando do lado de fora, afirmaram as reportagens.

Sá escrevia sobre política para o jornal *O Estado do Maranhão* há cerca de 17 anos, de acordo com reportagens da imprensa. Ele também era conhecido por sua cobertura de políticos e corrupção em seu blog, *Blog do Décio*, que era um dos mais lidos no estado, informou a imprensa. Cezar Scanssette, um jornalista de *O Estado do Maranhão*, disse ao CPJ que Sá tinha muitos inimigos por causa de suas reportagens críticas.

Investigadores disseram aos **jornalistas** que a morte foi resultado de um assassinato por encomenda cometido por profissionais que provavelmente haviam monitorado a rotina diária de Sá, informou a imprensa. A polícia considera as reportagens do blog de Sá como o motivo provável para o assassinato, afirmaram as reportagens. José Sarney, presidente do Senado brasileiro, cuja família é proprietária do jornal *O Estado do Maranhão*, **denominou** o crime de "um atentado à democracia", segundo as reportagens.

Nos meses seguintes ao ataque, as autoridades **prenderam** pelo menos nove suspeitos que seriam cúmplices e mandantes do crime e estavam ligados a um grupo de agiotas que Sá tinha associado, em seu blog, a um assassinato local, segundo a **imprensa**. Os suspeitos incluíram o empresário local Gláucio Alencar, acusado de ser o líder do grupo e de ordenar o assassinato de Sá, e um vice-delegado de polícia, que negaram as acusações, de acordo com **reportagens da imprensa**.

O suspeito Jhonatan de Sousa Silva disse à polícia que foi o atirador e que tinha sido contratado pelos outros acusados. Sousa disse que os réus se irritaram com a reportagem de Sá sobre sua alegada atividade de agiotagem, extorsão e práticas de peculato, segundo **informações da imprensa**. Em fevereiro de 2014, Sousa foi condenado a 25 anos e três meses de prisão, de acordo com **reportagens da imprensa**. Marcos Bruno Oliveira, que alegou ser inocente,

foi condenado a 18 anos e três meses sob a acusação de ter transportado Sousa durante o crime. Alencar e o policial, assim como os outros suspeitos, atualmente aguardam julgamento, de acordo com [reportagens da imprensa](#) .

Sá deixou a esposa, que estava grávida, e uma filha de 8 anos de idade.

MÍDIA:	Imprensa escrita, Internet
TRABALHO:	Repórter da Internet e Imprensa Escrita
COBERTURA JORNALÍSTICA:	Corrupção, Política
SEXO:	Masculino
LOCAL OU INTERNACIONAL:	Local
FREELANCE:	Não
FORMA DA MORTE:	Assassinato
SUSPEITOS DO CRIME:	Grupo criminoso
IMPUNIDADE:	Parcial
SEQUESTRADO:	Não
TORTURADO:	Não
AMEAÇADO:	Sim

Valério Luiz de Oliveira

Rádio Jornal

5 de julho de 2012, em Goiânia, Brasil

Um atirador não identificado, em uma motocicleta, disparou pelo menos quatro vezes contra Luiz, de 49 anos, na saída das instalações da Rádio Jornal, onde ele apresentava um programa de esportes, informou a [imprensa](#).

Luiz era conhecido por seus comentários críticos, particularmente em relação à gestão do time de futebol local, o Atlético Goianiense, de acordo com [reportagens da imprensa](#). Antes de sua morte, ele havia sido proibido de entrar na sede da equipe, informou a imprensa.

Manoel de Oliveira, um conhecido comentarista esportivo e pai do jornalista, disse acreditar que a morte de seu filho está relacionada a suas reportagens e que ele tinha "perdido seu filho por causa de futebol", segundo [reportagem](#) da TV Globo. Lorena Nascimento de Oliveira, esposa de Luiz, afirmou que ele tinha dito a ela que estava preocupado com os problemas que teve com pessoas envolvidas com o esporte, assevera a reportagem da Globo. Ela não deu mais detalhes.

A diretoria do Atlético Goianiense divulgou um [comunicado](#) condenando o assassinato e pedindo uma investigação completa. "Luiz era conhecido por seus comentários, que por vezes irritou alguns setores do clube, mas, por outro lado, suas opiniões fortes contribuíram também para a tomada de decisões do clube e ajudou o Atlético a crescer", disse o comunicado.

Adriana Ribeiro de Barros, chefe da unidade de homicídios do estado, mencionou as opiniões controversas do jornalista e disse que estaria investigando o caso.

MÍDIA:	Rádio
TRABALHO:	Colunista / Comentarista
COBERTURA JORNALÍSTICA:	Esportes
SEXO:	Masculino
LOCAL OU INTERNACIONAL:	Local
FREELANCE:	Não
FORMA DA MORTE:	Assassinato
SUSPEITOS DO CRIME:	Desconhecido
IMPUNIDADE:	Sim
SEQUESTRADO:	Não
TORTURADO:	Não
AMEAÇADO:	Sim

Eduardo Carvalho

Última Hora News

21 de novembro de 2012, em Campo Grande, Brasil

Um agressor, que estava numa motocicleta, disparou contra Carvalho, editor e proprietário do site de notícias *Última Hora News*, em sua casa em Campo Grande, capital do Mato Grosso do Sul, segundo [informações da imprensa](#). Carvalho frequentemente fazia cobertura sobre corrupção local, segundo [reportagens](#).

O jornalista e sua esposa estavam chegando em casa à noite, quando o atirador, que estava na garupa de uma motocicleta, atirou pelo menos três vezes. A esposa de Carvalho pegou uma arma que o jornalista carregava, mas a arma estava travada e ela não conseguiu reagir ao ataque, de acordo com [reportagens da imprensa](#). O atirador e a outra pessoa que dirigia a motocicleta fugiram do local.

Carvalho, um ex-policia militar, frequentemente escrevia reportagens críticas sobre a polícia e os políticos, de acordo com o *Última Hora News*. O site [informou](#) que o jornalista estava autorizado a portar arma, porque tinha sido ameaçado e tinha sobrevivido a uma tentativa de assassinato antes. Os policiais disseram aos jornalistas que Carvalho havia sido objeto de muitas ações judiciais relacionadas com suas reportagens.

Sua matéria mais recente, publicada no dia do seu assassinato, acusava um policial militar não identificado de intimidar os cidadãos locais. O delegado Divino Furtado Mendonça, chefe da polícia municipal, disse a jornalistas que os investigadores estavam focando o trabalho jornalístico de Carvalho como o motivo provável, de acordo com [reportagens da imprensa](#).

MÍDIA:	Internet
TRABALHO:	Editor / Proprietário
COBERTURA JORNALÍSTICA:	Corrupção, Crimes
SEXO:	Masculino
LOCAL OU INTERNACIONAL:	Local
FREELANCE:	Não
FORMA DA MORTE:	Assassinato
SUSPEITOS DO CRIME:	Autoridades governamentais
IMPUNIDADE:	Sim
SEQUESTRADO:	Não
TORTURADO:	Não
AMEAÇADO:	Sim

Mafaldo Bezerra Goes

FM Rio Jaguaribe

22 de fevereiro de 2013, em Jaguaribe, Brasil

Dois homens armados em uma motocicleta atiraram em Goes enquanto ele caminhava de sua casa até a estação de rádio onde trabalhava, segundo **informações da imprensa**. Goes, que apresentava um programa de rádio na FM Rio Jaguaribe, na cidade de Jaguaribe, no Ceará, foi baleado pelo menos cinco vezes na cabeça e no abdômen, segundo as reportagens.

Goes muitas vezes denunciou grupos criminosos locais e traficantes de drogas em seu programa, de acordo com **reportagens da imprensa**. Os familiares disseram à imprensa local que Goes tinha recebido ameaças de morte, de acordo com **reportagens da imprensa**. A polícia disse que o repórter não tinha apresentado uma queixa formal.

Autoridades disseram **acreditar** que o assassinato pode estar relacionado com as reportagens de Goes sobre crimes. "Ele morreu por causa da profissão. Ele despertou a raiva de muita gente ", disse a delegada Vera Lúcia Passos Granja em **reportagens locais**.

A polícia disse no domingo que tinha identificado os atiradores e que suspeitava que o assassinato tinha sido ordenado por um traficante de drogas preso em Fortaleza, mas que atuava em Jaguaribe, de acordo com o **jornal** Diário do Nordeste. As autoridades disseram que estavam procurando os suspeitos, segundo as reportagens locais. Uma semana após o crime, os policiais disseram que estavam tentando decretar a prisão preventiva dos dois suspeitos, mas não forneceram mais detalhes.

MÍDIA:	Radio
TRABALHO:	Repórter de rádio
COBERTURA JORNALÍSTICA:	Crimes
SEXO:	Masculino
LOCAL OU INTERNACIONAL:	Local
FREELANCE:	Não
FORMA DA MORTE:	Assassinato
SUSPEITOS DO CRIME:	Grupo criminoso
IMPUNIDADE:	Sim
SEQUESTRADO:	Não
TORTURADO:	Não
AMEAÇADO:	Sim

Rodrigo Neto

Rádio Vanguarda and Vale do Aço

8 de março de 2013, em Ipatinga, Brasil

Dois homens não identificados em uma motocicleta dispararam contra Neto quando estava entrando em seu carro depois de participar de um churrasco em Ipatinga, Minas Gerais, no sudeste do país, segundo **informações da imprensa**. O jornalista morreu em um hospital local.

Neto era apresentador do programa "Plantão Policial" na Rádio Vanguarda de Ipatinga e tinha começado a trabalhar na semana anterior como repórter no jornal *Vale do Aço*. Ele também foi assessor de imprensa do prefeito local, de acordo com Fernando Benedito Jr., um jornalista em Ipatinga e amigo de Neto.

Benedito disse ao CPJ que Neto, que uma vez quis ser policial, havia feito reportagens contundentes sobre a corrupção policial ao longo de sua carreira. Ele disse que Neto recebia ameaças de morte com frequência, especialmente em

virtude de sua cobertura de casos em que policiais eram suspeitos de estarem envolvidos em assassinatos locais. Durval Ângelo, deputado estadual e presidente da comissão de direitos humanos da assembleia estadual, disse que Neto estava trabalhando em um livro sobre um desses casos no momento da sua morte, cujo título seria "Crime Perfeito", conforme **relato divulgado** pelo *Vale do Aço*.

Segundo **reportagens** de jornais locais, as autoridades disseram que estão considerando seu trabalho jornalístico como o possível motivo do crime. Nos dias após o assassinato, policiais disseram que Neto tinha relatado às autoridades, por duas vezes, ter sido ameaçado, mais recentemente, em fevereiro de 2012, segundo **informações da imprensa**.

Jornalistas em Ipatinga disseram ao CPJ que a imprensa local tinha formado o "Comitê Rodrigo Neto" para investigar o assassinato e fazer pressão sobre as autoridades para resolver o caso.

MÍDIA:	Imprensa Escrita, Rádio
TRABALHO:	Repórter de Rádio e Imprensa Escrita
COBERTURA JORNALÍSTICA:	Crimes
SEXO:	Masculino
LOCAL OU INTERNACIONAL:	Local
FREELANCE:	Não
FORMA DA MORTE:	Assassinato
SUSPEITOS DO CRIME:	Autoridades governamentais
IMPUNIDADE:	Sim
SEQUESTRADO:	Não
TORTURADO:	Não
AMEAÇADO:	Sim

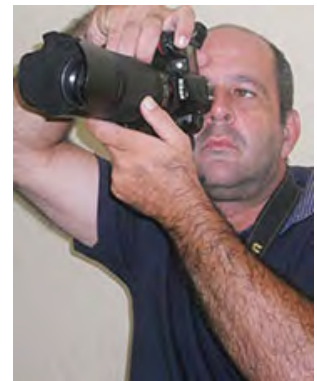
Walgney Assis Carvalho

Freelance

14 de abril de 2013, em Coronel Fabriciano, Brasil

Um agressor não identificado atirou pelo menos duas vezes nas costas de Carvalho, de 43 anos, quando estava sentado em um popular local de pesca e restaurante, antes de fugir em uma motocicleta, de acordo com **reportagens da imprensa**. Carvalho era fotógrafo freelance e no momento trabalhava para o diário *Vale do Aço*, em Minas Gerais, no sudeste do país.

Durval Ângelo, deputado estadual e presidente da comissão de direitos humanos da Assembleia do Estado, postou no Twitter que as autoridades deviam investigar uma possível ligação entre o assassinato de Carvalho e o do jornalista do *Vale do Aço* **Rodrigo Neto**, em 8 de março, de acordo com **reportagens da imprensa**. O deputado disse que Carvalho aparentemente tinha dito a algumas pessoas que sabia quem tinha assassinado Neto, mas não ofereceu mais detalhes.



Neto realizou diversas reportagens sobre a corrupção policial ao longo de sua carreira e frequentemente recebia ameaças, especialmente em virtude de sua cobertura de casos em que policiais eram suspeitos de estarem envolvidos em assassinatos locais. O diário *Vale do Aço* **informou** que Carvalho também fez um trabalho fotográfico para a polícia local.

Fernando Benedito Jr., jornalista local e amigo de Neto, informou ao CPJ em um e-mail: "Como Rodrigo, ele [Carvalho] sabia demais.

Nas semanas seguintes ao assassinato, o chefe da Polícia Civil de Minas Gerais, Cylton Brandão, anunciou uma reestruturação da liderança da Polícia Civil e reconheceu a possibilidade de envolvimento da polícia, embora ainda não pudesse confirmar a ligação entre os assassinatos dos dois jornalistas.

No final de abril, as autoridades anunciaram que vários policiais, relacionados a um dos casos que Neto estava investigando, haviam sido colocados em prisão preventiva. Jornalistas locais interpretaram a notícia como um sinal de esperança de que as autoridades estavam começando a prender os policiais responsáveis, mas não ficou claro se e como exatamente os suspeitos tinham ligações com os assassinatos de Neto e Carvalho.

MÍDIA:	Imprensa Escrita
TRABALHO:	Fotógrafo
COBERTURA JORNALÍSTICA:	Crimes
SEXO:	Masculino
LOCAL OU INTERNACIONAL:	Local
FREELANCE:	Sim
FORMA DA MORTE:	Assassinato
SUSPEITOS DO CRIME:	Autoridades governamentais
IMPUNIDADE:	Sim
SEQUESTRADO:	Não
TORTURADO:	Não
AMEAÇADO:	Não

Santiago Ilídio Andrade

Bandeirantes

10 de fevereiro de 2014, no Rio de Janeiro, Brasil

Andrade, cinegrafista da rede de televisão Bandeirantes, estava filmando um confronto no Rio de Janeiro entre policiais e manifestantes que protestavam contra o aumento da tarifa de transporte público quando um artefato o atingiu na cabeça, segundo [informações da imprensa](#). Ele fez uma cirurgia em um hospital local e ficou em coma por quatro dias antes de ser declarada sua morte cerebral.

Havia dúvidas, nas [reportagens](#) iniciais, a respeito de quem teria sido o responsável pelo ataque, mas as autoridades divulgaram um vídeo que aparentemente mostra manifestantes lançando o artefato. As autoridades também [alegaram](#) que os manifestantes tinham a intenção de atingir os policiais, e não o jornalista, segundo a imprensa.

Em 8 de fevereiro de 2014, Fábio Raposo disse às autoridades que tinha dado o artefato explosivo para outro manifestante, mas não o tinha acendido, de acordo com reportagens da imprensa. Dois dias depois, as autoridades disseram ter identificado o manifestante que se acreditava ser o responsável por disparar o artefato. Em 12 de fevereiro, o suspeito, Caio Silva de Souza, foi preso sob [custódia](#). Souza disse que não tinha percebido na ocasião que o foguete luminoso era um artefato explosivo, de acordo com [reportagens](#) da imprensa. Raposo e Souza foram colocados em prisão preventiva e [acusados](#) de homicídio.

MÍDIA:	Televisão
TRABALHO:	Cinegrafista
COBERTURA JORNALÍSTICA:	Política
SEXO:	Masculino
LOCAL OU INTERNACIONAL:	Local
FREELANCE:	Não
FORMA DA MORTE:	Reportagem arriscada
SUSPEITOS DO CRIME:	Residentes Locais

Pedro Palma

Panorama Regional

13 de fevereiro de 2014, em Miguel Pereira, Brasil

Palma foi **morto a tiros** por dois homens não identificados que estavam em uma motocicleta do lado de fora de sua casa em Miguel Pereira, um subúrbio ao sul do Rio de Janeiro, e morreu no local, segundo **informações da imprensa**. Palma era dono do jornal local semanal *Panorama Regional*, que circulava em vários municípios próximos.

Notícias divulgadas na imprensa sobre o episódio afirmam que o jornal frequentemente denunciava casos de corrupção no governo local. Um amigo do editor **disse** ao jornal *O Globo* que Palma havia recebido ameaças, mas não as tinha levado a sério. A esposa do jornalista também disse ter conhecimento das ameaças, mas que não sabia quem as tinha feito, segundo **informações da imprensa**.

Em uma edição do *Panorama Regional* publicada após a morte de Palma, sua colega e amiga Belisa Ribeiro escreveu que ele lhe tinha dito que recebeu ameaças, sem dizer, no entanto, se tinha relação com alguma reportagem. No **artigo** e em sua **página no Facebook**, Ribeiro disse que não parecia que Palma estava investigando um grande escândalo político, mas que ele regularmente denunciava problemas típicos de uma cidade pequena, como a infraestrutura deficiente e as políticas locais negligentes. Se isso foi o suficiente para o matarem, ela escreveu: "[então] Estou com medo."

O comandante da Polícia Militar, Coronel César Augusto de Souza, **disse a jornalistas locais** que as autoridades estavam analisando uma possível ligação do crime com reportagens do jornal, mas que todos os motivos plausíveis estavam sendo investigados.

MÍDIA:	Imprensa Escrita
TRABALHO:	Editor / Proprietário
COBERTURA JORNALÍSTICA:	Corrupção, Política
SEXO:	Masculino
LOCAL OU INTERNACIONAL:	Local
FREELANCE:	Não
FORMA DA MORTE:	Assassinato
SUSPEITOS DO CRIME:	Autoridades governamentais
IMPUNIDADE:	Sim
SEQUESTRADO:	Não
TORTURADO:	Não
AMEAÇADO:	Sim

3. Censura através dos tribunais

Por John Otis

Publicado desde 1824 na cidade brasileira de Recife, Pernambuco, no nordeste do país, o *Diário de Pernambuco* é o mais antigo jornal diário da América do Sul ainda em circulação. Ao longo dos seus 190 anos o jornal mexeu com interesses poderosos e foi censurado por regimes militares do Brasil. Mas, no ano passado, o *Diário de Pernambuco* sofreu seu primeiro caso de censura oficial desde que o Brasil voltou à democracia em 1985.

Em agosto de 2013, o jornal noticiou que Guilherme Uchoa, o presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, foi alvo de uma investigação sobre tráfico de influência. Ele foi acusado pelo Ministério Público do Estado de favorecer sua filha, uma advogada que estava tentando ajudar seu cliente a acelerar o processo de adoção de uma criança. Uchoa negou as acusações e não foi considerado culpado.

As notícias sobre a investigação, no entanto, tornaram-se um grande furo jornalístico que produziu um frenesi de cobertura na mídia do Recife. Então, de repente, o nome de Uchoa desapareceu das reportagens. Argumentando que seu nome e imagem estavam sendo indevidamente prejudicados, Uchoa convenceu um juiz local a impedir que o *Diário de Pernambuco*, a emissora de TV que pertence ao mesmo grupo e o diário rival *Jornal do Commercio* relacionassem o nome de Uchoa à investigação. O juiz advertiu que, para cada dia que esses meios de comunicação ignorassem a liminar, eles seriam multados em R\$ 48.000.

A liminar foi suspensa depois de uma semana, mas o silêncio forçado foi constrangedor. Cercado por repórteres e editores na apertada redação do segundo andar do jornal, Paulo Goethe, editor executivo do *Diário de Pernambuco*, disse ao CPJ: "Essa é uma maneira muito sofisticada de pressionar a mídia."

Conhecida como censura judicial, tais ações legais constituem uma forma artilosa de violar a Constituição do Brasil. Ainda que a Constituição de 1988 garanta a liberdade de imprensa, proibindo a censura, políticos, empresários e celebridades têm usado as leis destinadas a garantir a privacidade dos cidadãos comuns para silenciar a mídia.

Muitas vezes recorrendo a suas estreitas ligações com os juizes locais, essa parcela da elite tem obtido ordens judiciais que efetivamente evitam ou desencorajam reportagens críticas, fazendo com que sejam extremamente onerosas para os meios de comunicação e jornalistas independentes publicar reportagens pouco lisonjeiras a seu respeito. Em alguns casos, não é uma questão de calúnia. Em vez de contestar os detalhes das reportagens publicadas, essas figuras públicas tentam impedir a publicação da notícia, alegando que invade sua privacidade e mancha sua honra.

A censura judicial é amplamente considerada o segundo maior problema enfrentado pelos meios de comunicação no Brasil, após a violência contra jornalistas. Os alvos da censura judicial vão desde grandes jornais metropolitanos e empresas de Internet como o Google até blogueiros independentes situados em cidades remotas. Como o noticiário de televisão é divulgado em tempo real e as emissoras brasileiras divulgam apenas uma fração de seus vídeos de notícias *on-line*, eles têm conseguido evitar a censura judicial, embora tenha havido algumas exceções.

Incapazes de pagar os custos jurídicos de se defender em tribunal, os jornais procuram evitar reportagens controversas e alguns blogueiros independentes de notícias pararam de escrever, disse Taís Gasparian, advogada de São Paulo, que defende jornalistas com frequência.

Em entrevista ao CPJ, Ricardo Pedreira, presidente da Associação Nacional de Jornais, com sede em Brasília, disse que a censura judicial "é totalmente inconstitucional, prejudicando a sociedade brasileira, pois as pessoas não estão recebendo todas as informações às quais deveriam ter acesso".

Desde 2005, a Associação Nacional de Jornais registrou 25 casos de censura judicial. Esse número não inclui os milhares de notícias ou vídeos do YouTube com conteúdo crítico que o Google Brasil e o UOL, a maior empresa de Internet e portal de notícias do Brasil, foram obrigados a eliminar em virtude de ordens judiciais. O YouTube é de propriedade do Google.

Muitos casos de censura judicial são revogados, em parte, porque os juizes dos tribunais de recursos muitas vezes têm níveis mais elevados de educação do que os magistrados das cidades pequenas e não possuem laços pessoais com os políticos locais, disse Pedreira. Mas o processo de apelação é caro e pode levar meses ou anos, e até lá a notícia permanece censurada.

Durante as eleições municipais de 2012 no Brasil, por exemplo, juizes em várias cidades intervieram em nome de candidatos políticos para impedir os jornais de publicar pesquisas eleitorais desfavoráveis. Quando as decisões iniciais foram derrubadas, as pesquisas estavam desatualizadas, disse Guilherme Alpendre, diretor-executivo da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo, ou ABRAJI.

Alpendre disse que considera a censura judicial mais sinistra do que as repressões sobre a mídia durante 21 anos de ditadura militar no país.

"Durante a ditadura, um censor sentava-se em uma reunião editorial e dizia 'não' a esta história ou 'sim' a essa história", relatou Alpendre ao CPJ. "Mas o que está acontecendo agora é pior porque acontece no contexto da democracia no Brasil."

Membros proeminentes do Judiciário brasileiro minimizam a ameaça.

A autoridade máxima do Poder Judiciário, Joaquim Barbosa, e um de seus antecessores, Antonio Cesar Peluso, disseram ao CPJ que os casos de censura judicial são raros, que muitas decisões são anuladas em recursos e que a questão não constitui uma séria ameaça à liberdade de expressão.

"A censura prévia é ruim, é ilegal, e, infelizmente, há aqueles que cometem erros, e isso é o que está acontecendo no Brasil. Esses casos específicos de censura são erros involuntários cometidos por alguns juizes", disse Barbosa durante um congresso internacional sobre jornalismo investigativo realizado no Brasil no final de 2013. Ele não respondeu ao pedido recente do CPJ para comentar o assunto.

Especialistas jurídicos culpam vários fatores pelo aumento da censura judicial. Após o retorno do país à democracia, em 1985, os cidadãos passaram a se sentir mais capazes de defender seus direitos e, como um todo, o Brasil tornou-se uma sociedade mais litigiosa. Nas palavras de Gasparian: "Todo mundo começou a processar todo mundo."

Além disso, Código Civil Brasileiro de 2002 contém quatro artigos ambíguos que protegem a privacidade, mas se chocam frontalmente com a declaração da Constituição a respeito da liberdade de expressão.

Por exemplo, o artigo 17 do Código Civil proíbe a divulgação de informações pessoais que possam "prejudicar a honra" de um indivíduo. Ao contrário dos Estados Unidos, onde a Suprema Corte determinou que as autoridades públicas têm o elevado ônus da prova nos casos de alegada difamação ou calúnia, o Judiciário do Brasil não estabeleceu tal norma. Como resultado, os políticos no Brasil têm aproveitado os artigos de privacidade para refrear a liberdade de expressão.



Os alvos da censura judicial vão de grandes jornais metropolitanos, na foto, a empresas de internet e blogueiros independentes. (Reuters / Paulo Whitaker)

Há o caso, também, dos ricos e famosos, que levou a uma proibição, atualmente em vigor, relativamente à publicação de biografias não autorizadas no Brasil. A **ação judicial** mais conhecida foi requerida, em 2007, pelo cantor brasileiro Roberto Carlos, o qual, alegando que sua privacidade havia sido violada nos termos dos artigos 20 e 21 do Código Civil, forçou uma editora a retirar uma biografia não autorizada das livrarias. O autor Paulo Cesar de Araújo havia dedicado 15 anos de trabalho no livro.

Muitos juristas argumentam que os artigos sobre privacidade que constam do Código Civil são inconstitucionais. Mas, apesar das contínuas contestações da legalidade dos quatro artigos, eles permanecem em vigor e são muitas vezes invocados pelos juízes quando se pronunciam a favor dos queixosos em casos contra jornalistas.

O caso mais proeminente e **mais duradouro** envolve uma disputa entre a família de José Sarney, ex-presidente do Brasil, que é agora um senador influente, e o jornal O Estado de São Paulo. Em 2009, O Estado começou a publicar artigos - baseados em parte em transcrições vazadas de conversas telefônicas que foram realizadas durante uma investigação federal - alegando que Sarney usou sua posição no Senado para conceder empregos e dar aumentos a seus amigos e familiares. Por meio de seus **advogados** e em um **comunicado** em seu site, Sarney negou as acusações.

A família Sarney pediu ajuda a um juiz de Brasília, um amigo da família que tinha sido recentemente fotografado em uma festa suntuosa com os Sarney, de acordo com Ricardo Gandour, diretor de conteúdo e editor-executivo do Grupo Estado, proprietário do jornal. Com base no artigo 17 do Código Civil, o juiz emitiu uma liminar impedindo O Estado de publicar qualquer outra reportagem sobre as denúncias, sob pena de pagar uma multa diária de R\$ 143.000. Mais de quatro anos depois, o recurso impetrado pelo jornal O Estado ainda se encontra pendente de julgamento e a liminar continua em vigor.

"Estamos lutando, mas temos de respeitar a lei", disse Gandour ao CPJ. O Poder Judiciário no Brasil, acrescentou, "está se tornando desproporcionalmente poderoso em comparação com os outros poderes do governo."

Em alguns casos, outros meios de comunicação foram autorizados a informar sobre temas proibidos em outras regiões do país, como ocorreu nos casos de Sarney e do *Diário de Pernambuco*. Mas a possibilidade de ser penalizado com uma multa ou ordem de silenciamento é muitas vezes suficiente para manter outros meios de comunicação calados.



O ex-presidente brasileiro José Sarney tem travado uma batalha judicial contra o jornal O Estado de São Paulo. (Reuters / Ueslei Marcelino)

Mesmo quando as empresas de mídia ganham na justiça, elas perdem de outras formas, porque essas batalhas jurídicas podem ser caras e muito demoradas.

Tomemos o caso da *Folha de São Paulo*, que publicou em 2007 uma **investigação** realizada por Elvira Lobato sobre o florescente império de negócios da Igreja Universal do Reino de Deus, sediada no Rio de Janeiro. O **artigo** de Lobato afirmou que a igreja, um movimento neopentecostal, usou uma empresa em um paraíso fiscal para canalizar contribuições de seguidores para 19 empresas de propriedade da igreja, que incluem estações de rádio e televisão, jornais, agências de viagens e imobiliárias.

A igreja negou a denúncia e, a seu pedido, membros da Igreja em todo o Brasil entraram com 109 ações civis de difamação contra Lobato, alegando que ela tinha ofendido sua fé. A estratégia da igreja equivalia a uma

guerra jurídica de desgaste. A ideia era apresentar tantos processos em tantas cidades que seria impossível para Lobato contestá-los todos.

Os advogados de Lobato e da Folha tiveram que viajar milhares de quilômetros para participar das audiências obrigatórias em tribunais de cidades tão distantes como Xapuri, perto da fronteira brasileira com o Peru - cerca de 4.000 quilômetros da residência da repórter no Rio de Janeiro. Até agora, 97 petições foram rejeitadas, enquanto o resto encontra-se pendente. Mas o jornal gastou enormes somas em passagens aéreas, hotéis e honorários advocatícios.

"Foi uma experiência infernal", disse Lobato ao CPJ.

Jornais menores e jornalistas independentes, ela disse, não têm capacidade financeira para lutar contra a censura judicial.

Um desses jornalistas é o blogueiro paulista Fábio Pannunzio. Ele trabalhou durante 30 anos como repórter de rádio e TV e foi processado apenas uma vez. Mas, como o autor do Blog do Pannunzio, que denuncia a corrupção do governo com frequência, ele foi processado oito vezes em quatro anos. Enfrentando enormes despesas com advogados, ele encerrou seu blog em 2012.

"Como blogueiro, escrevi acusações semelhantes às que eu diria na televisão, mas fui processado como um indivíduo", disse Pannunzio ao Centro Knight para o Jornalismo nas Américas, da Universidade do Texas, pouco depois de encerrar seu blog. "As pessoas que eu estava denunciando não queriam enfrentar uma grande emissora com uma infraestrutura de uma grande empresa. Eles queriam um alvo que consideravam mais vulnerável à censura."

Embora os jornalistas independentes possam ser alvos mais fáceis para a censura judicial, figuras públicas não têm medo de ir atrás de grandes empresas de mídia e gigantes da Internet, como o Google.

Todas as semanas, o Google Brasil recebe ordens de juizes em todo o país para remover de seu mecanismo de busca s de notícias consideradas ofensivas para os políticos e outras figuras públicas. A empresa também foi condenada a retirar vídeos do YouTube e de entregar informações para a polícia sobre as pessoas que fizeram o *upload* do conteúdo, que poderiam então ser investigadas por ofender ou difamar autoridades públicas.

No mais recente **relatório de transparência** do Google, relativo ao primeiro semestre de 2013, a empresa disse que tinha recebido ordens de juizes brasileiros para remover cerca de 400 postagens e de blogs. Embora o número de ordens judiciais tenha diminuído em relação ao mesmo período do ano anterior, continua a ser muito maior do que o número de pedidos similares que o Google recebe na maioria dos outros países.

Os advogados do Google contestam os casos, mas muitas vezes perdem. Marcel Leonardi, diretor do Google Brasil para políticas públicas, disse ao CPJ que a empresa faz grandes esforços para evitar a entrega de dados para as autoridades governamentais. A equipe jurídica do Google analisa cada pedido do governo para ter acesso aos dados do usuário e resiste quando os pedidos são excessivamente amplos ou não seguem o procedimento correto, disse ele.

"A liberdade de expressão é importante para nós", ele disse. "O livre fluxo de informações é essencial para a criatividade e inovação, e leva ao crescimento econômico para os países e empresas."

Rodrigo Flores, diretor de conteúdo do *UOL*, disse que sua empresa recebe ordens semelhantes cerca de uma vez por mês e que elas "criam um ambiente de temor". A maioria das ordens são iniciativas de políticos que procuram remover os para notícias detalhando acusações de corrupção ou outro delito.

"Eles acreditam sinceramente que podem apagar a história", disse Flores.

Mas, para alguns juristas, um forte argumento pode ser levantado para apagar de reportagens, especialmente quando estão desatualizados e são imprecisos.

Augusto de Arruda Botelho é presidente de um Grupo de Advogados, em São Paulo, conhecido como IDDD, que apoia os direitos de defesa dos brasileiros. Ele disse ao CPJ que não há nada mais justo do que obrigar os mecanismos de busca e sites de notícias a eliminar para reportagens sobre acusações que tiveram um grande impacto na imprensa, mas que mais tarde se mostraram infundadas.

Ele também acusa os jornalistas de instintivamente publicar denúncias sensacionalistas, mas não publicar matérias posteriores quando as acusações são descartadas ou quando os réus são inocentados. "Muitas vezes os jornalistas ignoram o princípio jornalístico de divulgar o outro lado da história", disse ele.

Arruda Botelho diz que não é fã de políticos que invocam as leis de privacidade para inviabilizar investigações jornalísticas de delitos. Mas, ao mesmo tempo, ele defendeu vigorosamente o direito de figuras públicas comparecerem perante um juiz e pedir uma liminar.

"Eu acho que é um direito de todos bater à porta dos tribunais e dizer: 'Eu acho que meus direitos não estão sendo respeitados', ele disse. "Mesmo as autoridades públicas devem ter sua inocência presumida."

Seus esforços para criar armadilhas para os jornalistas podem, às vezes, fazer com o que o tiro saía pela culatra.

Durante a vigência da ordem judicial liminar contra os meios de comunicação em Recife, notícias subsequentes - omitindo o nome de Uchoa - incluíram vários outros detalhes importantes sobre o político que os leitores podiam facilmente identificá-lo. Uchoa recebeu muitas críticas na mídia nacional e, finalmente, recuou. A liminar foi retirada e Uchoa afirmou que foi tudo um grande mal-entendido.

Goethe, do *Diário de Pernambuco*, espera que as repercussões do caso Uchoa dissuada outros políticos de ir pelo mesmo caminho jurídico. Mas, a poucos quarteirões de distância, no *Jornal do Commercio*, a editora-executiva do jornal, Maria Luiza Borges, continua preocupada.

"Nossos políticos são arrogantes", Borges disse ao CPJ. "Eles não admitem ter falhas. Eles não lidam com reportagens negativas de uma forma democrática."

John Otis, correspondente do programa das Américas do CPJ nos Andes, trabalha como correspondente da revista Time e para o Global Post. Ele foi o autor do livro Lei da Selva de 2010, sobre empreiteiros militares americanos sequestrados por rebeldes colombianos e mora em Bogotá, Colômbia.

Código Civil

Código Civil Brasileiro de 2002 contém quatro artigos ambíguos que protegem a privacidade, mas se chocam frontalmente com a declaração da Constituição a respeito da liberdade de expressão:

Art. 17. O nome da pessoa não pode ser empregado por outrem em publicações ou representações que a exponham ao desprezo público, ainda quando não haja intenção difamatória.

Art. 18. Sem autorização, não se pode usar o nome alheio em propaganda comercial.

Art. 20. Salvo se autorizadas, ou se necessárias à administração da justiça ou à manutenção da ordem pública, a divulgação de escritos, a transmissão da palavra, ou a publicação, a exposição ou a utilização da imagem de uma pessoa poderão ser proibidas, a seu requerimento e sem prejuízo da indenização que couber, se lhe atingirem a honra, a boa fama ou a respeitabilidade, ou se se destinarem a fins comerciais.

Em se tratando de morto ou de ausente, são partes legítimas para requerer essa proteção o cônjuge, os ascendentes ou os descendentes.

Art. 21. A vida privada da pessoa natural é inviolável, e o juiz, a requerimento do interessado, adotará as providências necessárias para impedir ou fazer cessar ato contrário a esta norma.

4. O Marco Civil da Internet

Por Geoffrey King

O destino da liberdade de expressão no Brasil depende, em parte, da implementação da histórica lei em matéria de direitos de Internet, o Marco Civil da Internet.

Originalmente **saudado** como um **modelo** de como os governos devem abordar a legislação/regulamentação da Internet para proteger a privacidade, a segurança e o livre fluxo de informações, o exemplo brilhante do Marco Civil ficou manchado assim que entrou no palco político. O debate político A disputa política foi particularmente delicado porque veio na esteira da revelação de que a Agência de Segurança Nacional dos Estados Unidos havia espionado a chefe de Estado do Brasil e a principal empresa de energia do país.

A Câmara dos Deputados, a câmara baixa do Congresso do Brasil, finalmente aprovou o Marco Civil em 25 de março de 2014 - menos sua disposição mais problemática, que teria exigido que os dados fossem armazenados no Brasil -, mas com outras **falhas** intactas. Apesar de dezenas de emendas adicionadas enquanto em comissão, o Senado aprovou uma versão quase idêntica à da câmara baixa no dia 22 de abril. A presidente Dilma Rousseff assinou o projeto de lei em 23 de abril de 2014.

A jornada do Marco Civil é instrutiva sobre como os governos e a sociedade civil devem abordar a regulamentação da Internet e quais resultados legislativos são do melhor interesse de provedores e usuários de Internet, incluindo jornalistas.

O Marco Civil começou como um projeto de código aberto. Lançado a partir das ideias de um jovem professor de direito e construído de forma colaborativa por usuários da Internet e o governo brasileiro, o Marco Civil significou, desde o início, uma abordagem alternativa para regulamentação da Internet. Em vez de depender de um modelo pernicioso de legislação de cibercrime, o Marco Civil começou com a premissa de que codificaria a liberdade de expressão, privacidade e neutralidade na rede - tratamento igual para diferentes tipos de dados - diretamente na legislação brasileira.

"O futuro da democracia depende do futuro da Internet, da neutralidade da rede e da liberdade de expressão", disse Alessandro Molon, deputado federal do Partido dos Trabalhadores e relator do projeto de lei. "Nosso futuro depende também da liberdade que temos de baixar coisas da internet, do que podemos dizer e expressar online, assim como da nossa capacidade de compartilhar com nossos amigos. Todas essas questões são extremamente importantes para o futuro da nossa sociedade, e essa é a razão pela qual foi tão difícil a aprovação no Congresso".

Mesmo assim, alguns jornalistas continuam preocupados com a forma como a lei será aplicada. "Alguns artigos na legislação foram escritos como guia para facilitar a remoção de conteúdo de sites, blogs, portais", escreveu ao CPJ em e-mail Fernando Rodrigues, jornalista e fundador da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo. "O governo argumenta que isso não se aplica aos itens de notícias, mas muitos advogados e juristas veem uma brecha muito perigosa, uma vez que hoje em dia todo mundo diz ser repórter ou jornalista."

Em 12 de março de 1989, numa pequena **proposta** que logo se transformou na rede mundial [World Wide Web], **Tim Berners-Lee** fomentou a criação de "um sistema de informação universal interligado" que iria "permitir a identificação de um lugar para qualquer informação ou referência considerada importante e uma maneira de encontrá-la depois." A proposta logo mudaria a face do jornalismo ao disponibilizar vastas quantidades de informações do mundo inteiro aos repórteres. A Web tornou-se uma plataforma de pesquisa e publicação que permite a coleta e divulgação de notícias a baixo custo, facilitando o livre fluxo mesmo em países opressores. Além disso, permite aos

jornalistas hiperlinks para conectar diretamente à fonte primária de informações, bem como ao trabalho de seus colegas, dando aos leitores uma visão mais clara do mundo em volta.

Em poucos lugares a interconectividade imaginada por Berners-Lee criou raízes tão rapidamente como no Brasil, que ostenta cerca de 100 milhões de usuários de Internet, de acordo com a empresa de pesquisa eMarketer. O Brasil tem a segunda maior parcela do mercado de usuários do Facebook e do YouTube fora os EUA, como **relatado** pelo *The Wall Street Journal*; o mesmo pode ser dito sobre o Twitter, de acordo com a empresa de pesquisa de consumo SemioCast. Segundo o grupo de pesquisa Nielsen, **o uso de celular chega a 84%** entre os brasileiros com mais de 16 anos. A penetração de smartphones, com 23% do mercado, está em **segundo lugar na América Latina, perdendo apenas para o México**, de acordo com a publicação de marketing *Portada*.

Em termos globais, a Internet tem um número **estimado** de 2,7 bilhões de usuários, mas Berners-Lee dá um alerta. As questões relacionadas à privacidade, liberdade de expressão e anonimato "aos poucos estão nos avassalando", **disse ao Guardian** em março de 2014. "Nossos direitos estão sendo violados cada vez mais por todos os lados, e o perigo é que estamos nos acostumando com isso." A solução? "Precisamos de uma Constituição global, uma Carta de Direitos."

O Marco Civil original "era definitivamente uma Carta de Direitos semelhante ao que Tim Berners-Lee propõe agora, no sentido de criar uma Carta Magna para a Internet", disse **Ronaldo Lemos**, diretor do Instituto de Tecnologia e Sociedade, uma instituição privada no Rio de Janeiro, e professor de direito na prestigiada Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Lemos **concebeu** o Marco Civil em 2007 e foi um dos mais fortes defensores da legislação.

Parte do que fez o Marco Civil original tão forte, disse Lemos ao CPJ, foi sua aplicação dos princípios de código aberto a uma autogovernança democrática. Depois que Lemos e um grupo de advogados ajudou a derrotar uma lei cibercrime, a primeira do tipo no Brasil, o governo iniciou uma interação surpreendente. "O ministro da Justiça nos contatou, eu e um grupo de outros pesquisadores e professores - e basicamente disse: 'Então, que tal desenvolvermos uma plataforma para que possamos criar o Marco Civil de forma colaborativa, online? É uma lei sobre a Internet, por isso faz sentido criá-la coletivamente.' E foi isso que fizemos. Criamos uma plataforma. Recebemos um monte de contribuições de uma forma muito transparente e, com base nessas contribuições, produzimos basicamente a versão original. O governo a assumiu, transformou-a em um projeto de lei e a enviou ao Congresso há cerca de dois anos e meio."

Na fase de código aberto, qualquer usuário da Internet poderia criticar o texto, que recebeu mais de 2.000 comentários diretos da sociedade civil, entidades governamentais, universidades, empresas, blogueiros e outros.

Entre as melhorias possibilitadas por essa abordagem estava uma modificação fundamental para um dispositivo inicial que teria imposto responsabilidades aos hospedeiros de websites pelo conteúdo dos seus usuários, caso deixassem de censurar imediatamente o material após denúncia de terceiros sobre conteúdo difamatório ou de outra forma censurável. Como CPJ **destacou** na época, o dispositivo poderia levar a uma censura generalizada por empresas de Internet. Depois que o CPJ e muitos outros se **opuseram** ao dispositivo, foi adicionada ao projeto a exigência de uma ordem judicial para remover conteúdo.



A presidente do Brasil, Dilma Rousseff, fala em um fórum de Internet em 23 de abril de 2014 depois de um projeto de lei que garante a privacidade na Internet e o acesso à Web ter sido aprovado pelo Congresso. (AP / Andre Penner)

Depois que o projeto de lei foi ao Congresso em 2011, surgiram rapidamente as realidades políticas. O projeto esmoreceu no Congresso sem votação por quase dois anos, devido à oposição política e da indústria aos seus dispositivos de neutralidade da rede.

"Em termos de neutralidade da rede, houve grande pressão exercida pelos provedores de serviços de Internet", disse o Deputado Federal Molon. Provedores em muitos países consistentemente se **opõem** a medidas que limitem seus meios de cobrar preços diferentes, retardar ou até mesmo bloquear **certos dados** em suas redes.

Embora o projeto de lei tenha sido depois alterado para incluir concessões que o ajudariam a seguir em frente, continuou em grande parte intacto. Durante todo esse tempo, a sociedade civil pressionava pela **Carta de Direitos na Internet**. Entre as vozes que defendiam o Marco Civil estava a de Berners-Lee. Em entrevista coletiva em maio de 2013, no Rio de Janeiro, ele **declarou**: "Este projeto de lei preserva a Internet como ela deveria ser: uma rede aberta e descentralizada, em que os usuários são a máquina para a colaboração e inovação."



Congressistas brasileiros abrem caixas de assinaturas em apoio ao Marco Civil da Internet. (AP / Eraldo Peres)

Três semanas mais tarde, o *Guardian* publicou os **primeiros destaques** sobre as divulgações do ex-contratado da Agência de Segurança Nacional, Edward Snowden. Então, em 1º de setembro, a TV Globo no Brasil **reportou**, citando documentos do Snowden, que a NSA havia espionado a Presidente brasileira, Dilma Rousseff, e seus principais assessores. Em 9 de setembro, a estação **informou** que a agência também havia espionado a Petróleo Brasileiro SA, a Petrobras, empresa petrolífera nacional.

De repente, o governo invocou "**urgência constitucional**" para o projeto de lei. "Isso significa que o Congresso não pode votar em nada mais, até que vote o Marco Civil e, como resultado disso, as coisas começaram a ficar muito agitadas politicamente", disse Lemos ao CPJ. "O que começou a acontecer foi um amontoado de compromissos destinados a proteger a neutralidade da

rede", um princípio fundamental do Marco Civil. Em meio ao caos, o governo introduziu o dispositivo de localização de dados, o artigo 12.

O dispositivo teria autorizado a Presidente a exigir que a infraestrutura de dados da Internet ficasse fisicamente situada no Brasil, em vez de locais descentralizados, destinados a maximizar a eficiência e segurança da rede, ou em jurisdições com fortes proteções das liberdades civis. Se aplicada, essa disposição teria iniciado um processo de corrosão das interligações da Internet e poderia ter levado a **alienação** tecnológica do Brasil. Se amplamente emulado, poderia mesmo ter conduzido à **fragmentação** catastrófica da própria Internet.

As revelações de Snowden foram "definitivamente o momento decisivo", Lemos disse ao CPJ.

Conforme **relatado pelo ZDNet**, Berners-Lee referiu-se ao novo dispositivo de localização de dados como uma "reação emocional" que não teria o efeito prático de proteger os dados dos brasileiros contra agências de espionagem como a NSA. Lemos concordou. Em sua opinião, o impacto da localização sobre a espionagem internacional é "basicamente zero". Foi **amplamente relatado** que a NSA tem acesso ao chamado *backbone* de conexão de centros de dados com o resto da Internet. Além disso, empresas com sede ou que operam nos EUA ainda estariam legalmente obrigadas a cumprir as ordens da NSA, e os especialistas concordam que a NSA pode invadir bancos de dados que estão fora os EUA.

Em vez disso, disse Lemos, os incentivos à localização são de natureza financeira. Observando que os centros de dados representam "investimentos e empregos", ele disse que o Brasil poderia, em vez disso, "atrair centros de dados se investir em infraestrutura", o que ele considera uma melhor abordagem. E Richard Clarke, ex-assessor especial da Casa Branca sobre segurança cibernética e participante recente no grupo de análise da política de informação do Presidente Barack Obama, disse em discurso de fevereiro, de acordo com [reportagens da imprensa](#), que os governos "querem a localização para que as empresas locais possam competir melhor com empresas internacionais." Clarke continuou: "Quando você pensa em localização de dados, não se iluda com o argumento da privacidade; a preocupação maior é financeira. Se você acha que aprovar uma lei tornando a localização de dados um requisito na UE ou no Brasil... vai impedir a NSA de invadir essas bases de dados, pense de novo".

Na verdade, o aumento da localização tornaria muito mais fácil para o governo brasileiro vigiar ou censurar seus próprios cidadãos, e os litigantes civis poderiam achar a localização igualmente útil.

O Brasil já faz mais pedidos de remoção de conteúdo da Internet do que a maioria dos outros governos do mundo, de acordo com [dados](#) do Google. Em setembro de 2012, o diretor do Google Brasil foi [preso](#) por não retirar dois vídeos críticos de Alcides Bernal, candidato a prefeito de Campo Grande, no sudoeste do Brasil. Em votação histórica de 23 a 6 em março de 2014, Bernal foi [afastado do cargo](#) em meio a alegações de corrupção pública, o [primeiro](#) impeachment na história do município.

"Se você tem um centro de dados localizado no Brasil, é muito provável que haja uma grande fila de funcionários judiciais tentando entregar liminares aos operadores de centros de dados, porque seria muito fácil obter e retirar os dados", disse Lemos ao CPJ. "Até que tenhamos melhores leis em termos de proteção de dados e direitos civis, é de fato prejudicial a esses direitos ter dados localizados no Brasil".

Além disso, como o especialista em segurança, Bruce Schneier, [disse](#) a The Associated Press, tais esforços encorajariam "alguns dos piores países a buscar mais controle sobre as atividades de seus cidadãos na Internet. Falo de Rússia, China, Irã e Síria".

Em declarações perante a Comissão Judiciária do Senado dos EUA em novembro de 2013, o diretor de conformidade legal e segurança da informação do Google, Richard Salgado, [testemunhou](#): "Se a localização de dados e outros esforços forem bem sucedidos, então o que teremos de enfrentar é a efetiva balcanização da Internet e a criação de uma *'splinternet'* quebrada em pedaços menores, nacionais e regionais, com barreiras em torno de cada uma das Internets divididas para substituir a Internet global que conhecemos hoje." Tal situação seria a antítese da "interligação" que Berners-Lee descreveu; os governos poderiam facilmente fazer a vigilância e bloquear conteúdo em seus países, o que lhes permitiria restringir ou até mesmo interromper o fluxo de notícias que entram e saem de seus países.

Os argumentos contra forçar a manutenção dos centros de dados no Brasil acabaram por prevalecer; o dispositivo foi atingido na versão do Marco Civil aprovada pela Câmara dos Deputados e omitida na lei final.

Embora o dispositivo de localização de dados tenha sido abandonado, continuam outros dispositivos problemáticos. A lei ordena que as empresas retenham os dados dos usuários não só no nível dos provedores de serviços de Internet, por um ano, mas também no nível do provedor de aplicativos, termo amplo que inclui sites como o YouTube e Twitter, por seis meses. A retenção de dados é [problemática](#), mesmo no nível dos provedores, pois cria um registro detalhado de atividades dos usuários ao qual o governo pode recorrer. Como relatado pelo CPJ na edição de 2013 de *Ataques à Imprensa* em um [Capítulo](#) sobre a capacidade de armazenamento da NSA, a retenção atemoriza os jornalistas, especialmente os que informam sobre o governo. Em 8 de abril de 2014, o Tribunal de Justiça da União Europeia [invalidou](#) a diretiva de retenção obrigatória de dados da União Europeia, dizendo que interfere com o direito à privacidade.

Na opinião de [Joana Varon](#), pesquisadora e coordenadora do projeto no Centro de Tecnologia e Sociedade da Fundação Getúlio Vargas, uma instituição privada no Rio de Janeiro, a retenção de dados em nível de aplicativo é o

mais preocupante de todos os dispositivos do Marco Civil. Em um e-mail ao CPJ, ela disse que é "a pior parte" da lei, "uma vez que impõe a retenção obrigatória de dados aos grandes provedores de aplicativos de Internet (não os provedores de conectividade, mas os que oferecem serviços on-line)". Isso pode ser prejudicial para os novos modelos de negócio de provedores com foco em inovações socialmente positivas, criando ônus financeiros adicionais, disse ela.

Além disso, uma pessoa com conhecimento das discussões em torno do Marco Civil, que pediu para não ser identificada porque não estava autorizada a falar com a imprensa, disse ao CPJ que havia planos em andamento para estender o período de retenção de dados para três anos tanto para provedores como em nível de aplicativo, o que, segundo a fonte, pode estar além das atuais práticas de retenção de dados de qualquer grande empresa de tecnologia de informação e de comunicações.

Os especialistas ouvidos pelo CPJ também expressaram preocupação com o artigo 21 do Marco Civil, que trata dos direitos das pessoas cuja privacidade foi violada. Como Varon observou em uma [carta](#) coletiva ao governo brasileiro em 11 de fevereiro, uma versão inicial do artigo 21 permitia que qualquer pessoa com objeções a nudez ou conteúdo sexual "de natureza privada" poderia exigir a sua remoção da Internet; um provedor de aplicativos de Internet que não obedecesse poderia ser judicialmente responsabilizado pelo conteúdo. Como a versão do artigo 21 permitia a qualquer um dar queixa e executar tal queixa, não apenas a pessoa representada na imagem ou no vídeo, o dispositivo, se aprovada, teria facilitado a supressão de qualquer conteúdo contendo nudez, independentemente de a suposta vítima se opor à publicação. Embora o enfoque do dispositivo fosse um tipo relativamente estreito de discurso, sua redação foi inadequada: ao capacitar terceiros desconexos a impor responsabilidades a empresas de Internet, o dispositivo tinha o potencial de [abuso](#) generalizado contra comentários críticos e outros discursos de interesse jornalístico.

A provisão foi modificada antes da passagem do Marco Civil para que apenas as pessoas que aparecem em vídeo ou imagem "privada" possam exigir sua retirada da Internet. No entanto, até mesmo regimes constrictos de "notificação e retirada" muitas vezes [prejudicam a liberdade de expressão](#). Personalidades e autoridades públicas no Brasil frequentemente abusam das atuais leis de privacidade e difamação para silenciar a mídia. Como o CPJ documenta constantemente, leis de privacidade [vagas](#) ou [amplas demais](#) com frequência acabam sendo aplicadas de uma forma que ameaça a liberdade de imprensa.

A provisão de privacidade "certamente será uma ameaça à liberdade de expressão", disse Rodrigues, fundador da associação de jornalismo investigativo.

O Deputado Rubens Bueno, líder do Partido Popular Socialista, de oposição, na Câmara dos Deputados, disse ao CPJ que votou contra o Marco Civil por causa de mecanismos que permitem à Presidente controlar os meios de comunicação e redes sociais. Embora a lei proíba o bloqueio, monitoramento, filtragem ou análise de conteúdo, Bueno argumenta que o governo pode fazê-lo em caso de emergência, por decreto presidencial, e que seu partido não vê quaisquer garantias impedindo o governo de tentar controlar a mídia que critique o Poder Executivo.

Apesar das deficiências do Marco Civil, a maioria das suas disposições oferece grandes proteções para a privacidade e a liberdade de expressão dos usuários. Em muitos aspectos, a lei é um ponto alto na forma como os governos abordam a regulamentação da Internet e estabelece um exemplo para uma democracia participativa que faz uso da tecnologia. A lei ainda goza de altos níveis de apoio da sociedade civil. E é possível, como destacaram vários dos especialistas ouvidos pelo CPJ, que uma ou mais disposições mais problemáticas da lei possam ser consideradas inconstitucionais e, assim, não entrem em vigor.

Lemos ficou entusiasmado com o processo. "O processo em si é bastante surpreendente, pois ensinou a muita gente como funciona a democracia... Embora transparente, aberto, colaborativo e assim por diante, não deixou de ser um debate racional, em que os melhores argumentos poderiam prevalecer."

Disse Molon: "O projeto de lei foi elaborado de baixo para cima." Embora políticos profissionais tenham desempenhado um papel, "é importante ressaltar que essa é uma iniciativa que começou com a sociedade civil

exortando o governo a fazer algo sobre os direitos on-line. Esse é projeto de lei do povo, elaborado pelo povo. E o processo de elaboração produziu uma grande mudança na forma como o Congresso trabalha."

Carlos Lauría contribuiu para este relatório.

Coordenador de Defesa da Internet do CPJ sediado em San Francisco, Geoffrey King trabalha para proteger os direitos digitais de jornalistas em todo o mundo. Advogado constitucional por formação, King também ministra cursos sobre legislação de privacidade digital, bem como a intersecção da mídia e da mudança social, ambos na Universidade de Berkeley. Siga-o no Twitter em [@CPJInternet](#). Sua chave de criptografia GPG público pode ser encontrada [aqui](#).

Recomendações

Para as autoridades brasileiras

- Expandir o programa nacional de proteção dos defensores dos direitos humanos para incluir explicitamente os jornalistas sob ameaça iminente.
- Certificar-se de que as organizações da sociedade civil, em particular os grupos que defendem a liberdade de expressão e de imprensa, estejam profundamente envolvidos no desenvolvimento do mecanismo de proteção.
- Aprovar as reformas na legislação que tornem federais os crimes contra a liberdade de expressão para que as autoridades federais tenham competência mais ampla para investigar e julgar tais crimes.
- Assegurar-se que toda a legislação esteja em conformidade com as normas internacionais, garantindo o direito à liberdade de expressão.
- Até a adoção das reformas legais, assegurar a implementação da Emenda Constitucional 45, que garante à Procuradoria Geral da República o poder de transferir um processo para a jurisdição federal quando houver suspeita de graves violações de direitos humanos.
- Realizar progressos significativos no sistema de justiça por meio da condução de investigações e julgamentos exaustivos e em prazos razoáveis para crimes contra jornalistas.
- Desenvolver procedimentos e treinamento para os órgãos encarregados da aplicação da lei para garantir que os jornalistas possam cobrir manifestações nas semanas que antecederem e durante a Copa do Mundo, sem medo de ataques ou represálias.
- Modificar as leis sobre privacidade e difamação para garantir que elas não sejam utilizadas como uma forma de censurar reportagens sobre temas sensíveis, incluindo as notícias pela internet.
- Alterar o Marco Civil da Internet, revogando e proibindo os requisitos de retenção de dados que não são necessários para o desempenho da rede. Pedidos de preservação de dados autorizados pelo Poder Judiciário promovem os mesmos interesses da aplicação da lei, evitando muitas preocupações relativas à privacidade, liberdade de expressão, e segurança que a retenção de dados cria.
- Evitar ou pelo menos circunscrever estritamente qualquer lei de notificação e remoção de conteúdo na legislação futura; modificar o Marco Civil para remover a responsabilidade dos provedores de aplicativos e provedores de serviços de Internet por ações de seus usuários.

Comitê para a Proteção dos Jornalistas
330 7ª Avenida, 11º andar
Nova York, NY, 10001
Estados Unidos

Web: www.cpj.org/pt

Twitter: [@pressfreedom](https://twitter.com/pressfreedom)

Facebook: [@committeetoprotectjournalists](https://www.facebook.com/committeetoprotectjournalists)